



**RIO GRANDE DO NORTE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA  
ADMINISTRAÇÃO - SEAD

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax\_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

**EDITAL Nº 90053/2026/2026**

Processo nº 00310003.002794/2025-70

**Contratante (UASG):** 925538.

**Objeto:** Aquisição de solução de segurança perimetral de rede composta por 02 (dois) firewalls corporativos.

**Valor estimado da contratação:** R\$ 1.581.818,43 (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil oitocentos e dezoito reais e quarenta e três centavos).

**Data da Sessão Pública:** Dia 09/06/2026 às 10h (horário de Brasília).

**Critério de Julgamento:** Menor preço por lote.

**Modo de disputa:** Aberto.

**Preferência ME/EPP/MEI/Equiparadas:** Não.

**Subcontratação:** Não será permitido a subcontratação desta licitação.

**Consórcio:** Não será permitida a participação de empresas em consórcio, por fornecimento do objeto da presente licitação ser de natureza comum, não exigindo elevada especialização técnica e/ou elevada capacidade econômico-financeira das empresas licitantes. Ademais, a permissão de participação de empresas em consórcio poderia limitar a concorrência devido à diminuição do número de empresas participantes, uma vez que algumas delas estariam compondo um mesmo consórcio.

**Sumário:**

1. DO OBJETO.
2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.
3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO.
4. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL.
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.
6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.
8. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A CONTRATADA.
9. RESULTADOS ESPERADOS COM A PRETENDIDA CONTRATAÇÃO.
10. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC.
11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.
12. SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO.
13. GARANTIA DE EXECUÇÃO.
14. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.
15. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
16. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.
17. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTA E FORMULAÇÃO DE LANCES.
18. DA FASE DE JULGAMENTO.
19. DA FASE DE HABILITAÇÃO.
20. PAPEIS E RESPONSABILIDADES.
21. DOS RECURSOS.
22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
23. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.
24. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.
25. CRITÉRIO E FORMA DE PAGAMENTO.
26. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.
27. DA IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.
28. SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO.
29. GARANTIA DE EXECUÇÃO.
30. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.
31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Torna-se público que o **Estado do Rio Grande do Norte**, por intermédio da **Secretaria de Estado da Administração** (SEAD), sediado(a) no Centro Administrativo, S/N Br 101, Lagoa Nova, Natal/RN, realizará licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Estadual 32.449, de 7 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente na data marcada ou havendo fato superveniente impeditivo à realização, a sessão pública será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário, salvo comunicação em contrário do pregoeiro.

**1. DO OBJETO:**

- 1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de bens e contratação de serviços comuns de tecnologia da informação, consistindo em uma solução integrada de segurança perimetral de rede. Esta solução é composta por:
- 1.1.1. 02 (duas) unidades de firewalls corporativos FortiGate 600F (ou superior), a serem instalados em alta disponibilidade (HA);
- 1.1.2. 02 (duas) licenças de segurança UTP (Unified Threat Protection) para os firewalls, com vigência de 36 (trinta e seis) meses;
- 1.1.3. 01 (uma) licença de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer Virtual Machine ou equivalente), com vigência de 36 (trinta e seis) meses;
- 1.1.4. 01 (um) conjunto de serviços especializados de instalação, configuração, migração das políticas atualmente em uso, realização de testes e entrega de documentação técnica final (as-built).
- 1.2. A solução deverá ser implantada no datacenter da SEFAZ/RN, localizado no Centro Administrativo do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, utilizando a infraestrutura física já existente.
- 1.3. O prazo de vigência contratual será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Este período compreende o fornecimento dos bens, a prestação dos serviços de implementação, e o período de garantia e suporte técnico do fabricante e da contratada. A vigência contratual poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, limitados a 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa técnica e econômica, e que a prorrogação seja vantajosa para a Administração Pública.

**2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

- 2.1. A solução a ser contratada consiste em equipamentos, licenças e serviços necessários para implantação de uma plataforma de segurança perimetral baseada em firewalls corporativos FortiGate 600F (ou superiores), operando em alta disponibilidade (HA), com gerenciamento centralizado e capacidade de proteção avançada do ambiente da SEFAZ/RN.
- 2.2. **Componentes da solução:**

Lote único			
Item	Quantidade	Descrição	SKU
1	02	Firewall corporativo FortiGate 600F (ou superior), com operação em HA, aceleração por hardware, múltiplas interfaces de alta velocidade e suporte completo às funcionalidades de segurança.	FG-600F
2	02	Licença de segurança UTP - Unified Threat Protection - 36 meses, incluindo IPS, antimalware, webfilter, DNS filter, controle de aplicações, proteção avançada e suporte FortiCare Premium.	FC-10-0600F-950-02-36
3	1	Licença de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer Virtual Machine) - 36 meses, para armazenamento, correlação e auditoria de logs de segurança.	FC3-10-LV0VM-248-02-36
4	1	Conjunto de serviços profissionais de implementação, incluindo instalação, configuração, migração das políticas existentes, testes e documentação final (as-built).	Serviço profissional (SKU definido pela contratada)

- 2.3. **Especificações técnicas mínimas do Firewall FortiGate 600F (ou superior)**
- 2.3.1. **Desempenho mínimo exigido:**

Item	Parâmetro	Requisito mínimo
1	Throughput de firewall	≥ 100 Gbps
2	Capacidade de processamento (pps)	≥ 80 Mpps
3	Sessões simultâneas	≥ 6.000.000
4	Novas sessões por segundo	≥ 300.000
5	IPS Throughput	≥ 10 Gbps
6	NGFW Throughput (FW+IPS+AppControl)	≥ 9 Gbps
7	Threat Protection Throughput	≥ 8 Gbps
8	IPsec VPN Throughput	≥ 30 Gbps
9	SSL VPN Throughput	≥ 3 Gbps
10	Operação em alta disponibilidade	Suportada (ativo-ativo ou ativo-passivo), com sincronização de sessões

- 2.3.2. **Interfaces mínimas exigidas:**

Item	Interface	Quantidade mínima
1	Portas GE RJ45	16
2	Portas GE SFP	8
3	Portas 10GE SFP+	4
4	Portas 25GE SFP28	4
5	Portas dedicadas para	2

	MGMT/HA	
6	Porta console RJ45	1
7	Porta USB	1
8	Fontes de alimentação	2 (redundantes, hot-swap)

2.3.3. Funcionalidades mínimas de segurança:

Item	Categoria	Requisitos mínimos
1	Inspeção	Stateful inspection, IPv4/IPv6, inspeção SSL/TLS (incluindo TLS 1.3)
2	Proteção avançada	IPS, antimalware, proteção contra ameaças avançadas, reputação e análise comportamental
3	Filtragem	Filtragem de URLs, filtragem DNS, controle de aplicações
4	VPN	Suporte a VPN IPsec e SSL VPN, com autenticação integrada a AD/LDAP/RADIUS/SAML
5	SD-WAN	Capacidade nativa de balanceamento, failover e otimização de tráfego
6	Políticas	Criação de políticas baseadas em usuário, grupo, aplicação, endereço, porta e horário
7	Integração	Compatibilidade com solução de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer ou equivalente)

2.3.4. Requisitos da solução de gerenciamento e análise de logs:

Item	Função	Descrição mínima
1	Coleta de logs	Registro e armazenamento de logs de ambos os firewalls operando em HA
2	Auditoria	Geração de relatórios de segurança, conformidade, tráfego e operação
3	Correlação	Capacidade de análise correlacionada de eventos de segurança
4	Integração	Compatibilidade com ferramentas de SIEM e monitoramento já utilizadas pela SEFAZ/RN
5	Retenção	Período de retenção conforme normas internas e políticas da SEFAZ/RN

2.3.5. Requisitos de implementação:

Item	Etapas	Descrição mínima
1	Instalação	Montagem física dos equipamentos, energização, cabeamento e validação inicial
2	Configuração	Configuração dos equipamentos em HA, definição de zonas, interfaces e políticas base
3	Migração	Migração completa das regras, objetos, rotas, VPNs, NAT, publicações e integrações existentes
4	Testes	Testes de failover, VPNs, filtragem, inspeções, capacidade e validação geral
5	Estabilização	Período de acompanhamento pós-implantação para ajustes finos
6	Documentação	Entrega de relatório técnico as-built com diagramas, parâmetros configurados e recomendações operacionais

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Devido à combinação do tráfego de aplicações modernas em grande escala na internet e com o surgimento diário de novas ameaças que tem como alvo as empresas privadas e principalmente órgãos de Governo, os sistemas firewalls tradicionais, que tem suas funções baseadas em controle de portas TCP/IP e roteamento, não são capazes de detectar e bloquear estes tipos de ameaças. estes sistemas de firewall não podem detectar códigos maliciosos que estejam embarcados dentro de aplicações, não podem enxergar conteúdo de pacotes criptografados e tão pouco bloquear muitos tipos de ataques, como por exemplo, o ataque conhecido como sneaky rogue, que são aplicativos malicioso que usam números de portas diferentes das portas padrão. Malwares sofisticados, como por exemplo os que usam ataques do tipo Botnet, visam criar células para atacar outras redes externas a partir da infraestrutura interna hospedeira, já o Ransomware, que hoje se tornou uma das ameaças mais perigosas para órgãos de Governo, que tem o modus operandi de sequestrar dados e solicitar o pagamento de altas quantias para que seja possível recuperar os dados sequestrados.

3.2. Para proporcionar uma maior proteção e segurança das comunicações das suas redes e dos sistemas publicados para a sociedade a SEFAZ-RN adquiriu em 11/04/2017, através do Contrato Nº 2148/OC-BR - PROFISCO/RN - Processo Nº 39805/2017-1, uma solução de Firewall/UTM, 02 (dois) equipamentos Firewall e 01 (hum) gerador de relatórios UTM para gestão unificada de ameaças (Firewall-UTM -NGFW - Fortigate).

3.3. Equipamentos robustos e desenvolvidos para proteger redes dos mais diversos tamanhos que contam com vários recursos de segurança, tais como: antivírus, análise de malwares desconhecidos, usando a tecnologia Sandbox, filtro de sites da internet através de categorias alimentadas diariamente pelo fabricante do equipamento e através de filtro DNS, controle de aplicações que usam a camada 7 para acessar a internet, detecção e bloqueio de ataques do tipo SQL Injection, Botnet, PortScan e diversos outros originados das redes internas e da internet, usando o recurso de IPS, bloqueio de ataques avançados com variação de comportamento, através da tecnologia ATP, criação de VPN segura entre sites e para usuários, usando as tecnologias IPSEC, SSL VPN e LZTP com criptografia e inspeção de tráfego, detecção de vulnerabilidades em dispositivos internos como computadores, notebooks, tablets e quaisquer outros que usem a rede.

3.4. Esses equipamentos proporcionaram à SEFAZ-RN reduzir vulnerabilidades, aumentando a segurança e dando condições para a equipe técnica agir na correção de falhas de segurança que venham a ser detectadas na rede e equipamentos, por permitir uma visão detalhada do tráfego de dados na rede a nível de porta, origem, destino, país, dispositivos, usuários e aplicações em tempo real e através de relatórios.

3.5. Os firewalls desempenham papel central na infraestrutura tecnológica da SEFAZ/RN, pois realizam inspeção profunda de tráfego, previnem intrusões, bloqueiam ataques, controlam acessos, possibilitam VPNs seguras e garantem a continuidade dos serviços fazendários.

3.6. Com o aumento do tráfego de dados, da quantidade de sistemas e integrações, e da dependência tecnológica, os equipamentos atuais já operam próximos de sua capacidade máxima.

3.7. Firewalls não são substituídos com frequência devido ao alto impacto operacional, sendo essencial manter a solução atual segura e atualizada até que seja possível planejar a evolução para equipamentos mais robustos.

3.8. Neste cenário, a contratação tem por objetivo renovar as licenças de segurança, suporte e atualização dos firewalls de perímetro Fortigate 500E e do FortiAnalyzer Virtual Appliance, que compõem a camada central de proteção da rede institucional da SEFAZ/RN.

3.9. Esses dispositivos são responsáveis pela defesa do ambiente de Tecnologia da Informação contra ameaças cibernéticas, controle do tráfego de rede, garantia de integridade dos sistemas internos e manutenção da disponibilidade dos serviços essenciais prestados pela Secretaria.

3.10. **As licenças que necessitam de renovação são:**

- I - **2 (duas) licenças UTM 5x9 para FGT 500E: FG5H0E5818908129 e FG5H0E5818908396**
- II - **1 (uma) licença FortiCare Virtual Appliance 5x9 - 26 Gb Logs/Day: FAZ-VM0000099525**

3.11. A renovação é urgente, considerando a proximidade da expiração das licenças, o que acarretaria perda de atualizações de segurança, interrupção do suporte do fabricante e exposição crítica a incidentes cibernéticos.

3.12. A contratação é viável e necessária para preservar a segurança do ambiente, a continuidade dos serviços essenciais e o atendimento às demandas crescentes da SEFAZ/RN.

3.13. Manter estes equipamentos com suporte, garantia e atualizações do fabricante é essencial a continuidade da proteção adequada da SEFAZ-RN, pois a segurança cibernética não é estática. A cada mês, novas brechas e técnicas de invasão são descobertas e exploradas por agentes mal-intencionados, colocando em risco a integridade dos sistemas e das informações.

3.14. Sem as correções fornecidas pelo fabricante e sem acesso a uma equipe de suporte especializada, até mesmo um ataque simples pode resultar em grandes prejuízos — desde a interrupção de serviços e sistemas essenciais para a arrecadação e fiscalização tributária, até o vazamento de dados sigilosos, cuja proteção é obrigação legal do Estado.

3.15. Além disso, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas internas de governança de tecnologia da informação exigem que órgãos públicos adotem mecanismos modernos e constantemente atualizados de defesa digital.

3.16. Assim, manter o firewall Fortinet - Fortigate com suporte ativo, garantia e licenciamento vigente não é apenas uma prática de boa gestão, mas também uma demonstração de conformidade legal e de compromisso institucional com a sociedade.

3.17. Essa medida evita gastos inesperados com reparos emergenciais, reduz significativamente o tempo de indisponibilidade em caso de falhas e assegura que a SEFAZ/RN cumpra seu papel de proteger informações estratégicas e garantir a continuidade dos serviços. Trata-se de uma ação preventiva que reforça a resiliência tecnológica da instituição e fortalece a confiança da população nos serviços fazendários.

4. **ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL:**

4.1. Conforme o item "**ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO**" do Estudo Técnico Preliminar (ETP) 3ª versão (40458938), a solução está alinhada aos objetivos estratégicos:

- 4.1.1. OB09 - Acelerar a transformação digital de forma sistêmica, aprimorando a gestão de tecnologia da informação
- 4.1.2. OB12 - Assegurar a Infraestrutura Organizacional Adequada.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Os requisitos da Contratação, em sintonia com o Estudo Técnico Preliminar 3ª versão (ETP) (doc SEI 40458938) estão indicados a seguir:**

5.1. **Requisitos de Negócio**

- 5.1.1. A solução de firewall corporativo deve dispor de capacidade de processamento, inspeção de tráfego, segurança avançada e continuidade operacional adequadas para atender às demandas atuais da SEFAZ/RN e ao crescimento projetado para os próximos 3 anos.
- 5.1.2. O objeto é classificado como serviço comum, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.3. Os equipamentos e licenças devem ser entregues, instalados e configurados em plena operação no Centro Administrativo do RN.
- 5.1.4. A solução deve ter suporte técnico do fabricante por pelo menos 36 meses.
- 5.1.5. A contratação deve ampliar a segurança da rede, permitir expansão da capacidade, sustentar o crescimento de serviços e atender às diretrizes da LGPD.

5.2. **Requisitos Legais:**

- 5.2.1. O presente processo de contratação está aderente à Constituição Federal, à Constituição Estadual do RN e à Lei nº 14.133/2021.

5.3. **Requisitos de manutenção:**

- 5.3.1. A garantia e o suporte devem ter duração mínima de 36 meses.
- 5.3.2. O suporte deve seguir a política vigente do fabricante.
- 5.3.3. Deve haver manutenção e suporte técnico para hardware, software, licenças e serviços UTM, inclusive trocas necessárias.
- 5.3.4. O suporte deve ser 24x7x365.
- 5.3.5. O suporte deve ser realizado via chamados, sistema eletrônico e atendimento telefônico.
- 5.3.6. Deve haver monitoramento ativo do fabricante.
- 5.3.7. A contratada deve auxiliar a SEFAZ/RN no relacionamento com o fabricante.
- 5.3.8. Devem ser disponibilizados: portal, e-mail, linha 0800 e/ou telefone fixo.
- 5.3.9. Atualizações de firmware e assinaturas devem ser aplicadas sem custo adicional.

5.4. **Requisitos temporais:**

- 5.4.1. A vigência contratual deve ser de 36 meses.
- 5.4.2. A entrega dos equipamentos e licenças deve ocorrer em até 60 dias corridos.
- 5.4.3. A instalação, configuração e migração devem ocorrer em até 15 dias corridos após o recebimento.
- 5.4.4. Os prazos seguem o art. 183 da Lei 14.133/2021 (exclui o dia de início e inclui o do vencimento).
- 5.4.5. Os prazos devem ser considerados em dias corridos.

5.5. **Requisitos de segurança da informação e privacidade:**

- 5.5.1. A contratada deve seguir todas as políticas e normas da SEFAZ/RN. A contratada deve obedecer integralmente à LGPD.
- 5.5.2. As informações acessadas devem ser tratadas como confidenciais.
- 5.5.3. As atividades devem obedecer às políticas de segurança da SEFAZ/RN.
- 5.5.4. A contratada deve manter sigilo absoluto, sob responsabilidade civil, penal e administrativa.

5.6. **Requisitos de projeto de implementação:**

- 5.6.1. O Plano de Instalação deve ser entregue em até 2 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 5.6.2. O cronograma de implantação não deve superar 15 dias úteis.
- 5.6.3. Deve incluir diagrama de arquitetura, plano de testes e todos os detalhes técnicos.
- 5.6.4. Deve contemplar levantamento da infraestrutura, migração das políticas, configuração inicial, ativação das licenças, definição das políticas de segurança, plano de testes, contingência e documentação.
- 5.6.5. A contratante deve aprovar o plano em até 3 dias úteis.
- 5.6.6. A contratada deve ajustar o plano em até 3 dias úteis, caso necessário.
- 5.6.7. Ao final, deve ser entregue relatório As-Built contendo arquitetura final, configurações realizadas, resultados dos testes, monitoramento,

recomendações e documentação.

5.6.8. Os serviços devem ser prestados por profissionais certificados pelo fabricante.

5.6.9. Despesas de deslocamento e hospedagem serão da contratada.

5.6.10. A implantação só pode iniciar após aprovação formal do Plano de Instalação.

5.7. **Requisitos de experiência profissional:**

5.7.1. Os serviços devem ter profissionais habilitados e experientes na tecnologia de firewall.

5.7.2. A contratada deve comprovar experiência prévia em serviços semelhantes.

5.8. **Requisitos de formação da equipe:**

5.8.1. Item não aplicável.

5.9. **Requisitos da metodologia de trabalho:**

5.9.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento e demais especificações definidas neste instrumento.

5.10. **Outros requisitos aplicáveis - modelo de licitação:**

5.10.1. A licitação deverá ser em um único lote, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

5.11. **Outros requisitos aplicáveis - visita técnica:**

5.11.1. A avaliação prévia do local de instalação não é obrigatória, mas é assegurado ao interessado o direito de realizar vistoria prévia.

5.11.2. A visita poderá ser agendada pelos e-mails cotin@sefaz.rn.gov.br e/ou cplset@sefaz.rn.gov

5.11.3. A SEFAZ/RN não aceitará alegações de desconhecimento de condições técnicas para execução dos serviços.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

6.1. O equipamento deverá ser entregue, instalado, configurado e colocado em plena operação no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Norte (Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901), observando integralmente os requisitos técnicos, operacionais e de segurança estabelecidos neste Termo de Referência. A entrega dos equipamentos e licenças deverá ocorrer em até **60 (sessenta) dias corridos** após a assinatura do contrato.

6.2. Após a entrega, a contratada deverá realizar a instalação física, incluindo montagem nos racks, cabeamento, energização, verificação de conectividade e validação inicial de funcionamento. A instalação, configuração e migração deverão ser concluídas em até **15 (quinze) dias corridos** após o recebimento dos equipamentos pela SEFAZ/RN.

6.3. O equipamento deverá possuir suporte técnico do fabricante por pelo menos **36 (trinta e seis) meses**, com atendimento integral às políticas oficiais do fabricante.

6.4. O prazo de garantia deve ser de no mínimo **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, compreendendo manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e correções de falhas sem custo adicional.

6.5. O suporte técnico deverá atender à política de suporte vigente do fabricante, incluindo atualizações, correções de firmware, patches de segurança, além das diretrizes técnicas publicadas, observando o disposto nas políticas oficiais.

6.6. A manutenção e o suporte técnico para todas as camadas da solução, abrangendo hardware, software, licenças e serviços de segurança, deverão ser prestados diretamente pelo fabricante, incluindo a garantia de substituição de qualquer peça, componente ou módulo que apresente defeito, durante todo o período de vigência do contrato.

6.7. O suporte técnico deverá ser disponibilizado de forma **24x7x365**, garantindo atendimento ininterrupto para incidentes críticos, indisponibilidades ou falhas que comprometam a operação.

6.8. Os serviços de suporte técnico têm por finalidade garantir a sustentação, continuidade, disponibilidade e plena utilização da solução durante toda a vigência contratual, assegurando intervenções corretivas e preventivas de forma tempestiva.

6.9. O suporte deverá ser prestado mediante abertura de chamados em sistema eletrônico fornecido pela contratada ou pelo fabricante, devendo também estar disponível o atendimento por contato telefônico para incidentes de maior gravidade ou urgência.

6.10. A contratada deverá auxiliar a SEFAZ/RN em todas as interações com o fabricante, incluindo abertura de chamados, acompanhamento, comunicação técnica, repasse de informações e tratamento de incidentes.

6.11. A contratada deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes canais de suporte técnico: portal de atendimento para abertura e acompanhamento de chamados; endereço de e-mail dedicado; central 0800; e telefone fixo para suporte técnico.

6.12. A execução do objeto deverá seguir um Plano de Instalação que será apresentado pela contratada em até **2 (dois) dias úteis** após a assinatura do contrato, contendo cronograma detalhado, diagrama de arquitetura, plano de testes, metodologia de migração, procedimentos de contingência e validações necessárias. O plano deverá ser aprovado pela SEFAZ/RN em até **1 (um) dia útil**, e eventuais ajustes deverão ser realizados pela contratada também em até **1 (um) dia útil**.

6.13. Ao término da implantação, a contratada deverá entregar **Relatório Técnico As-Built**, contendo descrição completa da arquitetura final, configurações aplicadas, registros das etapas executadas, resultados dos testes realizados, evidências de funcionamento e recomendações de operação e manutenção.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A SEFAZ/RN poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a SEFAZ/RN poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização:**

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica:**

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

- 7.7.2. Todas as comunicações entre a SEFAZ/RN e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim. A Administração poderá convocar representantes da contratada sempre que necessário para adoção imediata de providências relativas à execução do objeto.
- 7.7.3. O fiscal deverá observar ainda todas as disposições referentes à sua atuação, previstas no Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449/2023.
- 7.7.4. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 7.7.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 7.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 7.7.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

**Gestor do Contrato:**

- 7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 7.15. O gestor do contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios, pareceres, análises técnicas e demais documentos relativos ao objeto contratado, recebendo subsídios técnicos e operacionais fornecidos pelo fiscal. Caberá ao gestor coordenar, consolidar informações, comunicar à autoridade competente situações relevantes e adotar providências necessárias para garantir a correta execução contratual. O gestor observará também as regras aplicáveis à sua função previstas no Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449/2023.

**8. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A CONTRATADA:**

- 8.1. A demanda prevista está sendo totalmente atendida com a solução proposta, que será contratada.

**9. RESULTADOS ESPERADOS COM A PRETENDIDA CONTRATAÇÃO:**

- 9.1. A contratação dos novos firewalls proporcionará benefícios como:
- I - aumento da segurança perimetral;
  - II - maior desempenho e capacidade de inspeção;
  - III - maior disponibilidade dos serviços críticos;
  - IV - adequação ao crescimento futuro;
  - V - redução de riscos operacionais;
  - VI - melhor detecção e bloqueio de ameaças;
  - VII - maior confiabilidade e estabilidade da operação;
  - VIII - melhor capacidade de auditoria e conformidade com a LGPD.

**10. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC:**

- 10.1. Em atenção ao princípio do parcelamento obrigatório, conforme preconizado pela Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), que visa à ampliação da competitividade e à otimização da contratação, a Administração Pública deve, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, dividir o objeto da licitação em itens ou lotes. Contudo, a própria Súmula ressalva a possibilidade de adjudicação por preço global quando houver prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.
- 10.2. Neste contexto, justifica-se o não parcelamento da presente contratação, que envolve a aquisição e implementação de uma solução integrada de segurança perimetral composta por firewalls FortiGate 600F (ou superiores), incluindo o fornecimento dos equipamentos, instalação física, configuração, migração das políticas atuais, integração com os serviços da SEFAZ/RN e suporte especializado durante o período inicial de operação. A opção por um lote único, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, fundamenta-se nas seguintes razões técnicas e operacionais, que demonstram a inviabilidade técnica e a desvantagem econômica do parcelamento.
- 10.2.1. **Unicidade Técnica e Operacional e Interoperabilidade Essencial:** A solução de segurança perimetral, por sua natureza intrínseca, exige uma integração coesa e interoperabilidade plena entre todos os seus componentes (hardware, software de licenciamento UTM, licença de gerenciamento e análise de logs, e serviços de implementação). O ETP (item 10.1) descreve a solução como uma plataforma de segurança perimetral baseada em firewalls corporativos FortiGate 600F (ou superiores), operando em alta disponibilidade (HA), com gerenciamento centralizado e capacidade de proteção avançada. O parcelamento do objeto, com a contratação de diferentes fornecedores para cada um desses elementos, poderia resultar em incompatibilidades técnicas, falhas de comunicação entre os sistemas e, conseqüentemente, em vulnerabilidades de segurança que comprometeriam a integridade da rede da SEFAZ/RN. A contratação de um único fornecedor garante que todos os elementos da solução sejam projetados para funcionar em conjunto, otimizando o desempenho e a eficácia da proteção, conforme os requisitos de negócio (item 5.1) e de projeto de implementação (item 5.6) do ETP.
- 10.2.2. **Eliminação de Riscos de Conflito de Responsabilidades e Garantia de Suporte Unificado:** Em um ambiente de segurança complexo e crítico, como o da SEFAZ/RN, a ocorrência de incidentes ou falhas exige uma resposta rápida e coordenada. O ETP (item 2.11 e 2.13) ressalta a urgência da renovação das licenças para evitar a perda de atualizações de segurança e a interrupção do suporte do fabricante, o que exporia criticamente a SEFAZ/RN a incidentes cibernéticos. Com múltiplos fornecedores, a identificação da origem de um problema (seja no hardware, software, instalação ou suporte) torna-se um desafio, gerando conflitos de responsabilidade e atrasos críticos na resolução. A contratação em lote único estabelece um ponto único de responsabilidade (Single Point of Contact - SPOC), simplificando a gestão, agilizando o suporte técnico e garantindo a responsabilização integral do contratado pela performance e segurança da solução como um todo, incluindo a garantia e o suporte por 36 meses (item 5.3 do ETP).
- 10.2.3. **Otimização da Curva de Aprendizado e Gestão da Equipe Interna:** A implementação e a gestão de uma nova solução de segurança demandam treinamento e capacitação da equipe técnica da SEFAZ/RN. O ETP (item 21.1) prevê a transferência de conhecimento para que a equipe técnica possa operar plenamente os equipamentos no uso cotidiano. A padronização da tecnologia e dos processos, proporcionada por um único fornecedor, otimiza a curva de aprendizado da equipe, reduzindo a complexidade de gestão e manutenção. A interação com múltiplos fornecedores e tecnologias distintas aumentaria significativamente a carga de trabalho da equipe interna, desviando recursos de outras atividades essenciais e comprometendo a eficiência operacional.
- 10.2.4. **Mitigação de Riscos de Segurança e Conformidade com a LGPD:** A fragmentação da solução de segurança perimetral, com a integração de produtos e serviços de diferentes origens, pode introduzir vetores de ataque adicionais e dificultar a aplicação de políticas de segurança consistentes. O ETP (item 2.15) destaca que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas internas de governança de tecnologia da informação exigem que órgãos públicos adotem mecanismos modernos e constantemente atualizados de defesa digital. A abordagem de lote único minimiza esses riscos, permitindo uma

arquitetura de segurança mais robusta e controlada, essencial para a proteção de dados sensíveis e sistemas críticos da SEFAZ/RN, em conformidade com a LGPD. Além disso, o ETP (item 19.2) veda a subcontratação do objeto, reforçando que a solução envolve dados sensíveis e sistemas críticos, e a delegação de atividades para terceiros introduziria riscos inaceitáveis de segurança, integridade e responsabilidade contratual.

10.3. Diante do exposto, o parcelamento do objeto desta contratação representaria um risco inaceitável à segurança da informação da SEFAZ/RN, geraria complexidade operacional desnecessária, aumentaria os custos de gestão e manutenção a longo prazo, e comprometeria a eficácia da solução. A adjudicação em lote único é, portanto, a medida mais prudente e tecnicamente justificável para assegurar a plena consistência, segurança e economicidade da solução de segurança perimetral, em estrita observância aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

#### **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

11.1. O Fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, em lote único, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

11.2. A contratação do objeto pretendido tem amparo na Lei Nº 14.133/2021, no que couber, e demais legislações aplicadas à matéria.

11.3. Os serviços objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, uma vez que, seus padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme preconiza o Artigo 6º, inciso XIII, da Lei Nº 14.133/2021.

11.4. O proponente deverá apresentar proposta, juntamente com a documentação necessária para habilitação exigida no edital.

11.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo Referência.

11.6. Deverá estar incluído no preço todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão de obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

11.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta durante o certame licitatório.

11.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de R\$ 100,00 (cem) reais.**

#### **11.9. Regime de execução:**

11.9.1. O regime de execução do contrato será por preço global.

#### **11.10. Aplicação da margem de preferência:**

11.10.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

#### **11.11. Exigências de habilitação:**

11.11.1. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

11.11.1.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - [SICAF](#);

11.11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - [CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União;

11.11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - [CNEP](#), mantido pela Controladoria-Geral da União.

**Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:**

#### **11.11.2. Habilitação jurídica:**

11.11.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.11.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.11.2.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial do Estado e arquivada na Junta Comercial da unidade estadual onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

11.11.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.11.2.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.11.2.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

11.11.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **11.11.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

11.11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.11.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.11.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.11.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

11.11.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.11.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.11.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.11.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **11.11.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

11.11.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

11.11.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

11.11.4.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



- 11.11.4.4. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- 11.11.4.5. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
- 11.11.4.6. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
- 11.11.4.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 1% do valor total estimado da contratação.
- 11.11.4.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).
- 11.11.4.9. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))
- 11.11.4.10. As exigências deste item, visa mitigar riscos, proteger o interesse público, assegurar a viabilidade de uma contratação segura, eficiente e em sintonia com os princípios da boa gestão pública e da Lei 14.133/2021.
- 11.11.4.11. As certidões negativas de falência e insolvência, a análise dos índices contábeis e dos balanços patrimoniais são ferramentas essenciais para demonstrar a boa situação financeira da licitante. Elas garantem que a empresa a ser contratada tenha a solidez necessária para honrar um compromisso dessa magnitude e minimizam o risco de inexecução contratual, extremamente danosa ao Erário.
- 11.11.4.12. Visando à competitividade, o subitem 11.4.7 deste item prevê um mecanismo de flexibilidade que permite a participação das empresas que não atingirem os índices financeiros exigidos, sem abrir mão da segurança jurídica. Tal medida garante que a SEFAZ/RN possa atrair o maior número de licitantes, assegurando a solidez financeira do futuro contratado.
- 11.11.5. **Qualificação Técnica:**
- 11.11.5.1. Atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto.
- 11.11.5.2. Atestados podem ser da matriz ou filial.
- 11.11.5.3. Administração pode solicitar documentos complementares.
- 11.11.5.4. Todas as exigências possuem justificativa técnica associada ao risco e complexidade do objeto.
- 11.11.6. As exigências de habilitação, em especial a **Econômico-Financeira** e **Qualificação Técnica** exigidos na presente contratação fundamenta-se na natureza estratégica e crítica do objeto, que envolve a aquisição e implementação de uma solução integrada de segurança perimetral para a SEFAZ/RN.
- 11.11.7. A infraestrutura de segurança da informação é vital para a continuidade dos serviços fazendários, a proteção de dados sensíveis e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 11.11.8. A complexidade dos firewalls de nova geração (NGFW) e a necessidade de integração com a infraestrutura existente da SEFAZ/RN exigem profissionais altamente qualificados e certificados pelo fabricante, bem como, que o Fornecedor demonstre condições **Econômico-Financeira** para assegurar a viabilidade de uma contratação segura, eficiente e em sintonia com os princípios da boa gestão pública e da Lei 14.133/2021, mitigando os riscos de falhas na implantação, operação e execução contratual, protegendo assim o interesse público e o erário.
- 11.11.9. A Administração, poderá, a qualquer tempo, durante a fase de habilitação ou em qualquer outra fase do processo licitatório, solicitar aos licitantes a apresentação de documentos complementares, informações adicionais ou a realização de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Esta prerrogativa visa a aferir a veracidade das informações e documentos apresentados, bem como a adequação das propostas às exigências do edital e da legislação vigente, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- 11.11.10. A omissão ou a recusa injustificada do licitante em atender às solicitações da Administração no prazo estabelecido poderá implicar a inabilitação ou a desclassificação da proposta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## 12. SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:

- 12.1. É vedada a subcontratação de qualquer parcela da execução do objeto. A contratada será a única responsável pela integralidade dos serviços, fornecimentos e obrigações decorrentes do contrato, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar. Trata-se de objeto de natureza altamente técnica e especializada, cujo desempenho adequado exige responsabilidade plena, contínua e ininterrupta do fornecedor contratado.
- 12.2. A solução envolve informações sigilosas, infraestrutura crítica e sistemas essenciais à operação da SEFAZ/RN, o que demanda elevado grau de confiança, segurança e domínio técnico por parte da empresa executora. A delegação de etapas a terceiros que não integrem diretamente a cadeia de confiança da contratada representaria risco significativo à integridade, à confidencialidade e à interoperabilidade da solução.
- 12.3. Além disso, a execução da solução requer profissionais devidamente certificados pelo fabricante, garantindo conformidade técnica, aderência às melhores práticas e manutenção das garantias de hardware, software, atualizações e suporte oficial. A subcontratação, mesmo parcial, poderia acarretar perda da garantia e do suporte técnico do fabricante, o que é incompatível com os requisitos essenciais previstos para a manutenção do ambiente da SEFAZ/RN.
- 12.4. A vedação à subcontratação, portanto, constitui medida de cautela, prudência e segurança, justificada pela complexidade e criticidade do objeto, mitigando riscos de execução inadequada e assegurando a eficiência, a continuidade e a confiabilidade da solução contratada.

## 13. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

- 13.1. Será exigida garantia de execução contratual, conforme previsto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e mitigar riscos de inexecução total ou parcial do objeto. A garantia deverá ser apresentada como condição para a assinatura do contrato, no percentual e modalidades permitidos pela legislação, incluindo caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 13.2. A exigência da garantia se justifica em razão da complexidade técnica do objeto contratado, que envolve fornecimento de equipamentos de segurança perimetral, licenças de software, suporte técnico especializado e serviços críticos de instalação, migração e ativação, cuja eventual inexecução poderia comprometer a segurança do ambiente de TI da SEFAZ/RN e acarretar prejuízos significativos à Administração Pública.
- 13.3. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual e somente será liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas, incluindo o prazo de garantia técnica, suporte e demais responsabilidades previstas neste Termo de Referência.

## 14. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

- 14.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 14.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 14.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 14.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 14.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 14.5. Nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 14.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 14.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 14.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 14.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



- 14.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 14.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 14.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 14.6.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.7. O impedimento de que trata o item 14.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 14.8. A vedação de que trata o item 14.6.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 15. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 15.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 15.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 15.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 15.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 15.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 15.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 15.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 15.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.5. A falsidade da declaração de que trata o item 21.1.4, sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 15.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 15.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 15.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 15.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 15.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 15.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 15.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 15.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 15.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 15.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 15.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 16. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- 16.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 16.1.1. Valor de cada item, e o valor total do Lote/Grupo.
- 16.1.2. Marca;
- 16.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 16.2.1. *O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*
- 16.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 16.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 16.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 16.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 16.7. a presente licitação, poderão participar Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedores Individuais (MEI) e Equiparados, nos termos do Art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 675/2020, as quais poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 16.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Anexo I do Edital, assumindo o proponente o compromisso de entregar o objeto licitado
- 16.9. nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 16.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 16.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas estaduais, quando participarem de licitações públicas;
- 16.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**17. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

- 17.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 17.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 17.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 17.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 17.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
- 17.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 17.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 17.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem) reais.
- 17.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 17.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 17.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 17.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 17.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 17.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 17.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 17.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários
- 17.11.6. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 17.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 17.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 17.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 17.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 17.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 17.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 17.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 17.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 17.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 17.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 17.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 17.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 17.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 17.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 17.18.2.2. empresas brasileiras;
- 17.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 17.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 17.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 17.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 17.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 17.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 17.19.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**
- 17.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 17.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**18. DA FASE DE JULGAMENTO:**

- 18.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 18.1.1. SICAF;
- 18.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 18.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 18.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 18.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 18.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

- 18.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 18.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 18.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 18.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 18.5.1. conter vícios insanáveis;
- 18.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 18.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 18.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 18.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 18.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 18.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 18.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 18.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 18.6.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 18.7. A descrição do objeto poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 18.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 18.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 19. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

- 19.1. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#):

### Exigências de habilitação:

- 19.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 19.3. Condições de habilitação:

- 19.3.1. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- 19.3.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 19.3.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 19.3.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

- 19.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 19.4.1. Habilitação jurídica:

- 19.4.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

- 19.4.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 19.4.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial do Estado e arquivada na Junta Comercial da unidade estadual onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 19.4.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 19.4.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

- 19.4.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

- 19.4.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 19.4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 19.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 19.4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 19.4.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 19.4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 19.4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 19.4.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- 19.4.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 19.4.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 19.4.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 19.4.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

- 19.4.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

19.4.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e
- III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

19.4.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 1% do valor total estimado da contratação.

19.4.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

19.4.3.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

19.4.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

19.4.3.8. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

19.4.3.9. As exigências deste item, visa mitigar riscos, proteger o interesse público, assegurar a viabilidade de uma contratação segura, eficiente e em sintonia com os princípios da boa gestão pública e da Lei 14.133/2021.

19.4.3.10. As certidões negativas de falência e insolvência, a análise dos índices contábeis e dos balanços patrimoniais são ferramentas essenciais para demonstrar a boa situação financeira da licitante. Elas garantem que a empresa a ser contratada tenha a solidez necessária para honrar um compromisso dessa magnitude e minimizam o risco de inexecução contratual, extremamente danosa ao Erário.

19.4.3.11. Visando à competitividade, que prevê um mecanismo de flexibilidade que permite a participação das empresas que não atingirem os índices financeiros exigidos, sem abrir mão da segurança jurídica. Tal medida garante que a SEFAZ/RN possa atrair o maior número de licitantes, assegurando a solidez financeira do futuro contratado.

19.4.4. Qualificação Técnica:

19.4.4.1. Atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto.

19.4.4.2. Atestados podem ser da matriz ou filial.

19.4.4.3. Administração pode solicitar documentos complementares.

19.4.4.4. Todas as exigências possuem justificativa técnica associada ao risco e complexidade do objeto.

19.4.5. As exigências de habilitação, em especial a **Econômico-Financeira** e **Qualificação Técnica** exigidos na presente contratação fundamenta-se na natureza estratégica e crítica do objeto, que envolve a aquisição e implementação de uma solução integrada de segurança perimetral para a SEFAZ/RN.

19.4.6. A infraestrutura de segurança da informação é vital para a continuidade dos serviços fazendários, a proteção de dados sensíveis e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

19.4.7. A complexidade dos firewalls de nova geração (NGFW) e a necessidade de integração com a infraestrutura existente da SEFAZ/RN exigem profissionais altamente qualificados e certificados pelo fabricante, bem como, que o Fornecedor demonstre condições **Econômico-Financeira** para assegurar a viabilidade de uma contratação segura, eficiente e em sintonia com os princípios da boa gestão pública e da Lei 14.133/2021, mitigando os riscos de falhas na implantação, operação e execução contratual, protegendo assim o interesse público e o erário.

19.4.8. A Administração, poderá, a qualquer tempo, durante a fase de habilitação ou em qualquer outra fase do processo licitatório, solicitar aos licitantes a apresentação de documentos complementares, informações adicionais ou a realização de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Esta prerrogativa visa a aferir a veracidade das informações e documentos apresentados, bem como a adequação das propostas às exigências do edital e da legislação vigente, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

19.4.9. A omissão ou a recusa injustificada do licitante em atender às solicitações da Administração no prazo estabelecido poderá implicar a inabilitação ou a desclassificação da proposta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20. PAPEIS E RESPONSABILIDADES:

20.1. DA CONTRATANTE:

- 20.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 20.1.2. Indicar e nomear gestores e fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 20.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 20.1.4. Comunicar à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dos equipamentos entregues e das horas realizadas.
- 20.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 20.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução.
- 20.1.7. Prestar informações, atinentes ao objeto da contratação, que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.
- 20.1.8. Permitir livre acesso aos colaboradores da CONTRATADA em suas dependências para a prestação dos serviços objeto desta contratação.
- 20.1.9. Notificar a CONTRATADA da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 20.1.10. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do instrumento contratual.
- 20.1.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços.
- 20.1.12. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA.
- 20.1.13. Não exercer o poder de mando sobre os colaboradores da CONTRATADA, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsáveis por ela indicados.
- 20.1.14. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- 20.1.15. Suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que julgar necessário e em sintonia com a Legislação vigente.

20.2. DA CONTRATADA:

- 20.2.1. Entregar os equipamentos conforme especificados neste Termo de Referência.
- 20.2.2. Cumprir os prazos conforme especificados neste Termo de Referência.
- 20.2.3. Realizar os serviços conforme especificados neste Termo de Referência.
- 20.2.4. Alocar profissionais capacitados para realização de todos os serviços contratados.
- 20.2.5. Responsabilizar-se por qualquer ato de seus colaboradores que venham a danificar os equipamentos ou indisponibilizar os serviços da SEFAZ/RN;

21. DOS RECURSOS:

- 21.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 21.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 21.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



- 21.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 21.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 21.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 21.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 21.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 21.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 21.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 21.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 21.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 21.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.sead.rn.gov.br](http://www.sead.rn.gov.br).

## 22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação no valor **R\$ 1.581.818,43** (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil oitocentos e dezoito reais e quarenta e três centavos), abaixo discriminada:
- 22.2. 22.131.04.122.0100.324101.0001 -
- 22.2.1. Natureza da Despesa: 44.90.52 - Equipamentos e Material Permanente,
- 22.2.2. Sub - elemento: 35 - Equip. de Informática e Processamento de Dados,
- 22.2.3. Fonte: 0.5.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos.

## 23. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 23.1. Com base na Pesquisa de Preços (documento SEI 39035171), realizada conforme o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a metodologia detalhada no referido processo, o valor estimado da contratação foi apurado após análise crítica das cotações de mercado, exclusão de preços inexequíveis ou excessivamente elevados, e aplicação da média aritmética simples como método estatístico, devido ao baixo coeficiente de variação dos dados coletados.
- 23.2. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 1.581.818,43 (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e três centavos), conforme detalhamento na pesquisa de preços.
- 23.3. Nos valores máximos admissíveis estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução integral do objeto, tais como:
- I - tributos incidentes;
  - II - encargos trabalhistas e previdenciários;
  - III - despesas fiscais e comerciais;
  - IV - taxas e contribuições;
  - V - custos administrativos da contratada;
  - VI - frete, seguro, deslocamento e logística;
  - VII - quaisquer outros itens necessários ao cumprimento pleno da contratação.
- 23.4. O valor estimado servirá como limite máximo da contratação, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, não constituindo, entretanto, parâmetro para reajustamento ou atualização automática de preços.

## 24. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

- 24.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina prevista nos arts. 124, 125 e 126 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitidas somente nas hipóteses legalmente autorizadas e mediante formalização por meio de termo aditivo ou apostila, conforme o caso.
- 24.2. As supressões decorrentes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, desde que devidamente justificadas e que não comprometam a integridade, a funcionalidade e a continuidade do objeto contratado.

## 25. CRITÉRIOS E FORMA DE PAGAMENTO:

- 25.1. **Do recebimento:**
- 25.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias, mediante termos detalhados que comprovem o cumprimento das exigências técnicas e administrativas. O prazo será contado a partir do recebimento da comunicação de cobrança encaminhada pela contratada, acompanhada da comprovação da execução dos serviços correspondentes à parcela faturada.
- 25.1.2. A contratada é responsável por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, quaisquer itens do objeto que apresentem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução dos serviços ou defeitos de materiais empregados. Enquanto houver pendências identificadas no recebimento provisório, a fiscalização não poderá atestar a última e/ou única medição de serviços.
- 25.1.3. O recebimento provisório também poderá ser condicionado, quando aplicável, à conclusão dos testes de campo e à entrega de manuais, instruções e demais documentos técnicos exigidos.
- 25.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência ou da proposta vencedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 25.1.5. Quando a fiscalização for realizada por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter registro, análise e conclusão sobre a execução, tanto no aspecto técnico quanto administrativo, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.
- 25.1.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 dias após o recebimento provisório, mediante verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, aceitação formal e emissão de termo circunstanciado pelo gestor do contrato ou comissão designada. Para isso, o gestor deverá analisar os documentos encaminhados pelo fiscal, avaliar as informações técnicas e administrativas e, estando tudo conforme, comunicar à contratada para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, no valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 25.1.7. A documentação pertinente deverá ser enviada ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento. Havendo controvérsia quanto à qualidade, quantidade ou dimensão da execução, observar-se-á o art. 143 da Lei 14.133/2021, devendo a contratada emitir Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.
- 25.1.8. Nenhum prazo de recebimento será iniciado enquanto houver pendências ou inconsistências não solucionadas pela contratada. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 25.2. Liquidação:

- 25.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

25.2.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

25.2.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

25.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

25.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

25.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

25.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

25.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

### 25.3. **Prazo de pagamento:**

25.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

25.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

### 25.4. **Forma de pagamento:**

25.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

25.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

25.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

25.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 26. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

26.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

26.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

26.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

26.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

26.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

26.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

26.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

26.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

26.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

26.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

26.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

26.1.5. fraudar a licitação

26.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

26.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

26.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

26.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

26.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

26.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

26.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

26.2.1. advertência;

26.2.2. multa;

26.2.3. impedimento de licitar e contratar e

26.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

26.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

26.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

26.3.2. as peculiaridades do caso concreto

26.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

26.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

26.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

26.4.1. Para as infrações previstas nos itens 24.1 à 24.2, a multa será de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.

26.4.2. Para as infrações previstas nos itens 24.1 à 24.2, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

26.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



- 26.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 26.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 26.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.2.4, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.4 até 23.1.8, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 26.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 23.1.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 26.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 26.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 26.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 26.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 26.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 27. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

- 27.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 27.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 27.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: [licitacao@sead.rn.gov.br](mailto:licitacao@sead.rn.gov.br).
- 27.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 27.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 27.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 28. SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:

- 28.1. É vedada a subcontratação de qualquer parcela da execução do objeto. A contratada será a única responsável pela integralidade dos serviços, fornecimentos e obrigações decorrentes do contrato, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar. Trata-se de objeto de natureza altamente técnica e especializada, cujo desempenho adequado exige responsabilidade plena, contínua e ininterrupta do fornecedor contratado.
- 28.2. A solução envolve informações sigilosas, infraestrutura crítica e sistemas essenciais à operação da SEFAZ/RN, o que demanda elevado grau de confiança, segurança e domínio técnico por parte da empresa executora. A delegação de etapas a terceiros que não integrem diretamente a cadeia de confiança da contratada representaria risco significativo à integridade, à confidencialidade e à interoperabilidade da solução.
- 28.3. Além disso, a execução da solução requer profissionais devidamente certificados pelo fabricante, garantindo conformidade técnica, aderência às melhores práticas e manutenção das garantias de hardware, software, atualizações e suporte oficial. A subcontratação, mesmo parcial, poderia acarretar perda da garantia e do suporte técnico do fabricante, o que é incompatível com os requisitos essenciais previstos para a manutenção do ambiente da SEFAZ/RN.
- 28.4. A vedação à subcontratação, portanto, constitui medida de cautela, prudência e segurança, justificada pela complexidade e criticidade do objeto, mitigando riscos de execução inadequada e assegurando a eficiência, a continuidade e a confiabilidade da solução contratada.

## 29. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

- 29.1. Será exigida garantia de execução contratual, conforme previsto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e mitigar riscos de inexecução total ou parcial do objeto. A garantia deverá ser apresentada como condição para a assinatura do contrato, no percentual e modalidades permitidos pela legislação, incluindo caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 29.2. A exigência da garantia se justifica em razão da complexidade técnica do objeto contratado, que envolve fornecimento de equipamentos de segurança perimetral, licenças de software, suporte técnico especializado e serviços críticos de instalação, migração e ativação, cuja eventual inexecução poderia comprometer a segurança do ambiente de TI da SEFAZ/RN e acarretar prejuízos significativos à Administração Pública.
- 29.3. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual e somente será liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas, incluindo o prazo de garantia técnica, suporte e demais responsabilidades previstas neste Termo de Referência.

## 30. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:

- 30.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a contratante e a contratada comprometem-se a observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e demais normas aplicáveis, adotando todas as medidas legais, técnicas, administrativas e organizacionais necessárias à proteção dos titulares e à conformidade das operações de tratamento.
- 30.2. Ambas as partes deverão adotar medidas para assegurar a conformidade de suas operações com a LGPD e com as orientações emitidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), garantindo que qualquer tratamento realizado seja limitado ao mínimo necessário para o atendimento das finalidades contratuais.
- 30.3. Cada parte deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, implementando mecanismos de segurança adequados para proteção dos direitos dos titulares, incluindo controles de acesso, registro de atividade, criptografia, segregação de ambientes, armazenamento seguro e demais práticas aplicáveis.
- 30.4. As partes deverão cooperar entre si para o pleno atendimento dos direitos dos titulares previstos na legislação, fornecendo informações, orientações e suporte sempre que necessário. Cada parte deverá orientar seus colaboradores, contratados e prepostos sobre os deveres, responsabilidades e requisitos decorrentes da LGPD, garantindo que não haja divulgação indevida de dados pessoais aos quais tenham acesso.
- 30.5. Qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais — como acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação indevida ou qualquer forma de tratamento ilícito ou inadequado — deverá ser comunicado imediatamente e por escrito à outra parte, em prazo razoável, contendo as informações previstas no §1º do art. 48 da LGPD, sem prejuízo da adoção imediata das medidas de contenção e mitigação necessárias.
- 30.6. Especificamente quanto à contratada, esta se compromete a tomar conhecimento e cumprir integralmente a Política de Proteção de Dados Pessoais da contratante, bem como apresentar todas as informações e evidências que lhe forem solicitadas sobre operações de tratamento decorrentes da execução contratual, adotando também quaisquer providências lícitas determinadas pela contratante.
- 30.7. Quando configurada qualquer hipótese de término do tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 15 da LGPD, a contratada deverá interromper imediatamente o tratamento e eliminar todos os dados pessoais e respectivas cópias sob sua guarda, independentemente do formato em que se encontrem. A conservação somente será permitida nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD.

## 31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 31.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 31.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 31.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 31.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 31.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 31.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 31.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 31.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 31.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 31.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e [compras.rn.gov.br](http://compras.rn.gov.br)
- 31.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 31.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 31.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar.
- 31.11.2. Anexo II - Minuta do Contrato;
- 31.11.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços.

Na data da assinatura eletrônica

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **JANE CARMEN CARNEIRO E ARAUJO, Secretária de Estado da Administração**, em 21/05/2026, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41434394** e o código CRC **191A442A**.

ANEXOS DA MINUTA DE EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00310003.002794/2025-70

1. **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**
- 1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de bens e contratação de serviços comuns de tecnologia da informação, consistindo em uma solução integrada de segurança perimetral de rede. Esta solução é composta por:
- 1.1.1. 02 (duas) unidades de firewalls corporativos FortiGate 600F (ou superior), a serem instalados em alta disponibilidade (HA);
- 1.1.2. 02 (duas) licenças de segurança UTP (Unified Threat Protection) para os firewalls, com vigência de 36 (trinta e seis) meses;
- 1.1.3. 01 (uma) licença de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer Virtual Machine ou equivalente), com vigência de 36 (trinta e seis) meses;
- 1.1.4. 01 (um) conjunto de serviços especializados de instalação, configuração, migração das políticas atualmente em uso, realização de testes e entrega de documentação técnica final (as-built).
- 1.2. A solução deverá ser implantada no datacenter da SEFAZ/RN, localizado no Centro Administrativo do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, utilizando a infraestrutura física já existente.
- 1.3. O prazo de vigência contratual será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Este período compreende o fornecimento dos bens, a prestação dos serviços de implementação, e o período de garantia e suporte técnico do fabricante e da contratada. A vigência contratual poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, limitados a 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa técnica e econômica, e que a prorrogação seja vantajosa para a Administração Pública.
2. **REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP):**
- 2.1. O Estudo Técnico Preliminar foi realizado durante o processo de planejamento da contratação e está anexado a este Termo de Referência, documento SEI (40458938)
- 2.2. Neste Termo de Referência, ao se fazer referências ao Estudo Técnico Preliminar será utilizado a nomenclatura ETP.
3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**
- 3.1. A solução a ser contratada consiste em equipamentos, licenças e serviços necessários para implantação de uma plataforma de segurança perimetral baseada em firewalls corporativos FortiGate 600F (ou superiores), operando em alta disponibilidade (HA), com gerenciamento centralizado e capacidade de proteção avançada do ambiente da SEFAZ/RN.
- 3.2. **Componentes da solução**

Item	Quantidade	Descrição	SKU
1	02	Firewall corporativo FortiGate 600F (ou superior), com operação em HA, aceleração por hardware, múltiplas interfaces de alta velocidade e suporte completo às funcionalidades de segurança.	FG-600F
2	02	Licença de segurança UTP – Unified Threat Protection – 36 meses, incluindo IPS, antimalware, webfilter, DNS filter, controle de aplicações, proteção avançada e suporte FortiCare Premium.	FC-10-0600F-950-02-36
		Licença de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer Virtual Machine) - 36 meses, para armazenamento, correlação e	FC3-10-

3	1	auditoria de logs de segurança.	LV0VM-248-02-36
4	1	Conjunto de serviços profissionais de implementação, incluindo instalação, configuração, migração das políticas existentes, testes e documentação final (as-built).	Serviço profissional (SKU definido pela contratada)

3.3. Especificações técnicas mínimas do Firewall FortiGate 600F (ou superior)

3.3.1. Desempenho mínimo exigido

Item	Parâmetro	Requisito mínimo
1	Throughput de firewall	≥ 100 Gbps
2	Capacidade de processamento (pps)	≥ 80 Mpps
3	Sessões simultâneas	≥ 6.000.000
4	Novas sessões por segundo	≥ 300.000
5	IPS Throughput	≥ 10 Gbps
6	NGFW Throughput (FW+IPS+AppControl)	≥ 9 Gbps
7	Threat Protection Throughput	≥ 8 Gbps
8	IPsec VPN Throughput	≥ 30 Gbps
9	SSL VPN Throughput	≥ 3 Gbps
10	Operação em alta disponibilidade	Suportada (ativo-ativo ou ativo-passivo), com sincronização de sessões

3.3.2. Interfaces mínimas exigidas

Item	Interface	Quantidade mínima
1	Portas GE RJ45	16
2	Portas GE SFP	8
3	Portas 10GE SFP+	4
4	Portas 25GE SFP28	4
5	Portas dedicadas para MGMT/HA	2
6	Porta console RJ45	1
7	Porta USB	1
8	Fontes de alimentação	2 (redundantes, hot-swap)

3.3.3. Funcionalidades mínimas de segurança

Item	Categoria	Requisitos mínimos
1	Inspeção	Stateful inspection, IPv4/IPv6, inspeção SSL/TLS (incluindo TLS 1.3)
2	Proteção avançada	IPS, antimalware, proteção contra ameaças avançadas, reputação e análise comportamental
3	Filtragem	Filtragem de URLs, filtragem DNS, controle de aplicações
4	VPN	Suporte a VPN IPsec e SSL VPN, com autenticação integrada a AD/LDAP/RADIUS/SAML
5	SD-WAN	Capacidade nativa de balanceamento, failover e otimização de tráfego
6	Políticas	Criação de políticas baseadas em usuário, grupo, aplicação, endereço, porta e horário
7	Integração	Compatibilidade com solução de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer ou equivalente)

3.3.4. Requisitos da solução de gerenciamento e análise de logs

Item	Função	Descrição mínima
1	Coleta de logs	Registro e armazenamento de logs de ambos os firewalls operando em HA
2	Auditoria	Geração de relatórios de segurança, conformidade, tráfego e operação
3	Correlação	Capacidade de análise correlacionada de eventos de segurança
4	Integração	Compatibilidade com ferramentas de SIEM e monitoramento já utilizadas pela SEFAZ/RN
5	Retenção	Período de retenção conforme normas internas e políticas da SEFAZ/RN

3.3.5. **Requisitos de implementação**

Item	Etapas	Descrição mínima
1	Instalação	Montagem física dos equipamentos, energização, cabeamento e validação inicial
2	Configuração	Configuração dos equipamentos em HA, definição de zonas, interfaces e políticas base
3	Migração	Migração completa das regras, objetos, rotas, VPNs, NAT, publicações e integrações existentes
4	Testes	Testes de failover, VPNs, filtragem, inspeções, capacidade e validação geral
5	Estabilização	Período de acompanhamento pós-implantação para ajustes finos
6	Documentação	Entrega de relatório técnico as-built com diagramas, parâmetros configurados e recomendações operacionais

4. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

- 4.1. Devido à combinação do tráfego de aplicações modernas em grande escala na internet e com o surgimento diário de novas ameaças que tem como alvo as empresas privadas e principalmente órgãos de Governo, os sistemas firewalls tradicionais, que tem suas funções baseadas em controle de portas TCP/IP e roteamento, não são capazes de detectar e bloquear estes tipos de ameaças. estes sistemas de firewall não podem detectar códigos maliciosos que estejam embarcados dentro de aplicações, não podem enxergar conteúdo de pacotes criptografados e tão pouco bloquear muitos tipos de ataques, como por exemplo, o ataque conhecido como sneaky rogue, que são aplicativos malicioso que usam números de portas diferentes das portas padrão. Malwares sofisticados, como por exemplo os que usam ataques do tipo Botnet, visam criar células para atacar outras redes externas a partir da infraestrutura interna hospedeira, já o Ransomware, que hoje se tornou uma das ameaças mais perigosas para órgãos de Governo, que tem o modus operandi de sequestrar dados e solicitar o pagamento de altas quantias para que seja possível recuperar os dados sequestrados.
- 4.2. Para proporcionar uma maior proteção e segurança das comunicações das suas redes e dos sistemas publicados para a sociedade a SEFAZ-RN adquiriu em 11/04/2017, através do Contrato Nº 2148/OC-BR - PROFISCO/RN - Processo Nº 39805/2017-1, uma solução de Firewall/UTM, 02 (dois) equipamentos Firewall e 01 (hum) gerador de relatórios UTM para gestão unificada de ameaças (Firewall-UTM -NGFW - Fortigate).
- 4.3. Equipamentos robustos e desenvolvidos para proteger redes dos mais diversos tamanhos que contam com vários recursos de segurança, tais como: antivírus, análise de malwares desconhecidos, usando a tecnologia Sandbox, filtro de sites da internet através de categorias alimentadas diariamente pelo fabricante do equipamento e através de filtro DNS, controle de aplicações que usam a camada 7 para acessar a internet, detecção e bloqueio de ataques do tipo SQL Injection, Botnet, PortScan e diversos outros originados das redes internas e da internet, usando o recurso de IPS, bloqueio de ataques avançados com variação de comportamento, através da tecnologia ATP, criação de VPN segura entre sites e para usuários, usando as tecnologias IPSEC, SSL VPN e L2TP com criptografia e inspeção de tráfego, detecção de vulnerabilidades em dispositivos internos como computadores, notebooks, tablets e quaisquer outros que usem a rede.
- 4.4. Esses equipamentos proporcionaram à SEFAZ-RN reduzir vulnerabilidades, aumentando a segurança e dando condições para a equipe técnica agir na correção de falhas de segurança que venham a ser detectadas na rede e equipamentos, por permitir uma visão detalhada do tráfego de dados na rede a nível de porta, origem, destino, país, dispositivos, usuários e aplicações em tempo real e através de relatórios.
- 4.5. Os firewalls desempenham papel central na infraestrutura tecnológica da SEFAZ/RN, pois realizam inspeção profunda de tráfego, previnem intrusões, bloqueiam ataques, controlam acessos, possibilitam VPNs seguras e garantem a continuidade dos serviços fazendários.
- 4.6. Com o aumento do tráfego de dados, da quantidade de sistemas e integrações, e da dependência tecnológica, os equipamentos atuais já operam próximos de sua capacidade máxima.
- 4.7. Firewalls não são substituídos com frequência devido ao alto impacto operacional, sendo essencial manter a solução atual segura e atualizada até que seja possível planejar a evolução para equipamentos mais robustos.
- 4.8. **Neste cenário, a contratação tem por objetivo renovar as licenças de segurança, suporte e atualização dos firewalls de perímetro Fortigate 500E e do FortiAnalyzer Virtual Appliance, que compõem a camada central de proteção da rede institucional da SEFAZ/RN.**
- 4.9. Esses dispositivos são responsáveis pela defesa do ambiente de Tecnologia da Informação contra ameaças cibernéticas, controle do tráfego de rede, garantia de integridade dos sistemas internos e manutenção da disponibilidade dos serviços essenciais prestados pela Secretaria.
- 4.10. **As licenças que necessitam de renovação são:**
- I - **2 (duas) licenças UTM 5x9 para FGT 500E: FG5H0E5818908129 e FG5H0E5818908396**
- II - **1 (uma) licença FortiCare Virtual Appliance 5x9 - 26 Gb Logs/Day: FAZ-VM0000099525**
- 4.11. A renovação é urgente, considerando a proximidade da expiração das licenças, o que acarretaria perda de atualizações de segurança, interrupção do suporte do fabricante e exposição crítica a incidentes cibernéticos.
- 4.12. A contratação é viável e necessária para preservar a segurança do ambiente, a continuidade dos serviços essenciais e o atendimento às demandas crescentes da SEFAZ/RN.
- 4.13. Manter estes equipamentos com suporte, garantia e atualizações do fabricante é essencial a continuidade da proteção adequada da SEFAZ-RN, pois a segurança cibernética não é estática. A cada mês, novas brechas e técnicas de invasão são descobertas e exploradas por agentes mal-intencionados, colocando em risco a integridade dos sistemas e das informações.
- 4.14. Sem as correções fornecidas pelo fabricante e sem acesso a uma equipe de suporte especializada, até mesmo um ataque simples pode resultar em grandes prejuízos — desde a interrupção de serviços e sistemas essenciais para a arrecadação e fiscalização tributária, até o vazamento de dados sigilosos, cuja proteção é obrigação legal do Estado.
- 4.15. Além disso, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas internas de governança de tecnologia da informação exigem que órgãos públicos adotem mecanismos modernos e constantemente atualizados de defesa digital.
- 4.16. Assim, manter o firewall Fortinet - Fortigate com suporte ativo, garantia e licenciamento vigente não é apenas uma prática de boa gestão, mas também uma demonstração de conformidade legal e de compromisso institucional com a sociedade.
- 4.17. Essa medida evita gastos inesperados com reparos emergenciais, reduz significativamente o tempo de indisponibilidade em caso de falhas e assegura que a SEFAZ/RN cumpra seu papel de proteger informações estratégicas e garantir a continuidade dos serviços. Trata-se de uma ação preventiva que reforça a resiliência tecnológica da instituição e fortalece a confiança da população nos serviços fazendários.
- 4.18.

5. **ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL:**

- 5.1. Conforme o item "**ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO**" do ETP., a solução está alinhada aos objetivos estratégicos:
- 5.1.1. OB09 - Acelerar a transformação digital de forma sistêmica, aprimorando a gestão de tecnologia da informação
- 5.1.2. OB12 - Assegurar a Infraestrutura Organizacional Adequada.

6. **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

Elaboração de DFDs

Consolidação das demandas

Formação do PCA

Aprovação do PCA

Selecione o contexto do PCA

Termo a ser pesquisado

PCA 2026 - Em elaboração

firewa

Em elaboração

Aprovadas

Reprovadas

☐

Relação das contratações (1)

☐

927633-5/2026

▲

AGUARDANDO APROVAÇÃO

Título

Aquisição de soluçã...

Categoria

Contrat...

UASG atual/Valor

927633 R\$ 1.230.599,60

Início

02/10/2025

Conclusão

30/04/2026

Materiais (classes: 0)

Serviços (grupos: 1)

Item

Grupo

Val. Total (R\$)

1

164 - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMA-ÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

1230.599,60

6.1. É fundamental esclarecer que, conforme a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 10.947/2022, a estimativa de valor apresentada no Termo de Referência (TR) não precisa corresponder de forma exata ao valor inicialmente registrado no Plano de Contratações Anual (PCA). O PCA estabelece uma estimativa de caráter preliminar, destinada ao planejamento e à governança orçamentária em uma perspectiva macro e de longo prazo. Em contrapartida, o valor no TR representa a estimativa de mercado final e pormenorizada, resultante de uma pesquisa de preços aprofundada e atualizada, que capta as condições mercadológicas vigentes no momento da formalização da contratação.

7. **RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A CONTRATADA:**

7.1. A demanda prevista está sendo totalmente atendida com a solução proposta, que será contratada.

8. **RESULTADOS ESPERADOS COM A PRETENDIDA CONTRATAÇÃO:**

- 8.1. A contratação dos novos firewalls proporcionará benefícios como:
- I - aumento da segurança perimetral;
  - II - maior desempenho e capacidade de inspeção;
  - III - maior disponibilidade dos serviços críticos;
  - IV - adequação ao crescimento futuro;
  - V - redução de riscos operacionais;
  - VI - melhor detecção e bloqueio de ameaças;
  - VII - maior confiabilidade e estabilidade da operação;
  - VIII - melhor capacidade de auditoria e conformidade com a LGPD.

9. **PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC:**

9.1. Em atenção ao princípio do parcelamento obrigatório, conforme preconizado pela Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), que visa à ampliação da competitividade e à otimização da contratação, a Administração Pública deve, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, dividir o objeto da licitação em itens ou lotes. Contudo, a própria Súmula ressalva a possibilidade de adjudicação por preço global quando houver prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

9.2. Neste contexto, justifica-se o não parcelamento da presente contratação, que envolve a aquisição e implementação de uma solução integrada de segurança perimetral composta por firewalls FortiGate 600F (ou superiores), incluindo o fornecimento dos equipamentos, instalação física, configuração, migração das políticas atuais, integração com os serviços da SEFAZ/RN e suporte especializado durante o período inicial de operação. A opção por um lote único, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, fundamenta-se nas seguintes razões técnicas e operacionais, que demonstram a inviabilidade técnica e a desvantagem econômica do parcelamento.

9.2.1. **Unicidade Técnica e Operacional e Interoperabilidade Essencial:** A solução de segurança perimetral, por sua natureza intrínseca, exige uma integração coesa e interoperabilidade plena entre todos os seus componentes (hardware, software de licenciamento UTM, licença de gerenciamento e análise de logs, e serviços de implementação). O ETP (item 10.1) descreve a solução como uma plataforma de segurança perimetral baseada em firewalls corporativos FortiGate 600F (ou superiores), operando em alta disponibilidade (HA), com gerenciamento centralizado e capacidade de proteção avançada. O parcelamento do objeto, com a contratação de diferentes fornecedores para cada um desses elementos, poderia resultar em incompatibilidades técnicas, falhas de comunicação entre os sistemas e, conseqüentemente, em vulnerabilidades de segurança que comprometeriam a integridade da rede da SEFAZ/RN. A contratação de um único fornecedor garante que todos os elementos da solução sejam projetados para funcionar em conjunto, otimizando o desempenho e a eficácia da proteção, conforme os requisitos de negócio (item 5.1) e de projeto de implementação (item 5.6) do ETP.

9.2.2. **Eliminação de Riscos de Conflito de Responsabilidades e Garantia de Suporte Unificado:** Em um ambiente de segurança complexo e crítico, como o da SEFAZ/RN, a ocorrência de incidentes ou falhas exige uma resposta rápida e coordenada. O ETP (item 2.11 e 2.13) ressalta a urgência da renovação das licenças para evitar a perda de atualizações de segurança e a interrupção do suporte do fabricante, o que exporia criticamente a SEFAZ/RN a incidentes cibernéticos. Com múltiplos fornecedores, a identificação da origem de um problema (seja no hardware, software, instalação ou suporte) torna-se um desafio, gerando conflitos de responsabilidade e atrasos críticos na resolução. A contratação em lote único estabelece um ponto único de responsabilidade (Single Point of Contact - SPOC), simplificando a gestão, agilizando o suporte técnico e garantindo a responsabilização integral do contratado pela performance e segurança da solução como um todo, incluindo a garantia e o suporte por 36 meses (item 5.3 do ETP).

9.2.3. **Otimização da Curva de Aprendizado e Gestão da Equipe Interna:** A implementação e a gestão de uma nova solução de segurança demandam treinamento e capacitação da equipe técnica da SEFAZ/RN. O ETP (item 21.1) prevê a transferência de conhecimento para que a equipe técnica possa operar plenamente os equipamentos no uso cotidiano. A padronização da tecnologia e dos processos, proporcionada por um único fornecedor, otimiza a curva de aprendizado da equipe, reduzindo a complexidade de gestão e manutenção. A interação com múltiplos fornecedores e tecnologias distintas aumentaria significativamente a carga de trabalho da equipe interna, desviando recursos de outras atividades essenciais e comprometendo a eficiência operacional.

9.2.4. **Mitigação de Riscos de Segurança e Conformidade com a LGPD:** A fragmentação da solução de segurança perimetral, com a integração de produtos e serviços de diferentes origens, pode introduzir vetores de ataque adicionais e dificultar a aplicação de políticas de segurança consistentes. O ETP (item 2.15) destaca que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas internas de governança de tecnologia da informação exigem que órgãos públicos adotem mecanismos modernos e constantemente atualizados de defesa digital. A abordagem de lote único minimiza esses riscos, permitindo uma arquitetura de segurança mais robusta e controlada, essencial para a proteção de dados sensíveis e sistemas críticos da SEFAZ/RN, em conformidade com a LGPD. Além disso, o ETP (item 19.2) veda a subcontratação do objeto, reforçando que a solução envolve dados sensíveis e sistemas críticos, e a delegação de atividades para terceiros introduziria riscos inaceitáveis de segurança, integridade e responsabilidade contratual.

9.3. Diante do exposto, o parcelamento do objeto desta contratação representaria um risco inaceitável à segurança da informação da SEFAZ/RN,

geraria complexidade operacional desnecessária, aumentaria os custos de gestão e manutenção a longo prazo, e comprometeria a eficácia da solução. A adjudicação em lote único é, portanto, a medida mais prudente e tecnicamente justificável para assegurar a plena consistência, segurança e economicidade da solução de segurança perimetral, em estrita observância aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os requisitos da Contratação, em sintonia com o ETP (doc SEI 37428043) estão indicados a seguir:

- 10.1. Requisitos de Negócio
- 10.1.1. A solução de firewall corporativo deve dispor de capacidade de processamento, inspeção de tráfego, segurança avançada e continuidade operacional adequadas para atender às demandas atuais da SEFAZ/RN e ao crescimento projetado para os próximos 3 anos.
- 10.1.2. O objeto é classificado como serviço comum, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.1.3. Os equipamentos e licenças devem ser entregues, instalados e configurados em plena operação no Centro Administrativo do RN.
- 10.1.4. A solução deve ter suporte técnico do fabricante por pelo menos 36 meses.
- 10.1.5. A contratação deve ampliar a segurança da rede, permitir expansão da capacidade, sustentar o crescimento de serviços e atender às diretrizes da LGPD.
- 10.2. Requisitos Legais
- 10.2.1. O presente processo de contratação está aderente à Constituição Federal, à Constituição Estadual do RN e à Lei nº 14.133/2021.
- 10.3. Requisitos de manutenção
- 10.3.1. A garantia e o suporte devem ter duração mínima de 36 meses.
- 10.3.2. O suporte deve seguir a política vigente do fabricante.
- 10.3.3. Deve haver manutenção e suporte técnico para hardware, software, licenças e serviços UTM, inclusive trocas necessárias.
- 10.3.4. O suporte deve ser 24x7x365.
- 10.3.5. O suporte deve ser realizado via chamados, sistema eletrônico e atendimento telefônico.
- 10.3.6. Deve haver monitoramento ativo do fabricante.
- 10.3.7. A contratada deve auxiliar a SEFAZ/RN no relacionamento com o fabricante.
- 10.3.8. Devem ser disponibilizados: portal, e-mail, linha 0800 e/ou telefone fixo.
- 10.3.9. Atualizações de firmware e assinaturas devem ser aplicadas sem custo adicional.
- 10.4. Requisitos temporais
- 10.4.1. A vigência contratual deve ser de 36 meses.
- 10.4.2. A entrega dos equipamentos e licenças deve ocorrer em até 60 dias corridos.
- 10.4.3. A instalação, configuração e migração devem ocorrer em até 15 dias corridos após o recebimento.
- 10.4.4. Os prazos seguem o art. 183 da Lei 14.133/2021 (exclui o dia de início e inclui o do vencimento).
- 10.4.5. Os prazos devem ser considerados em dias corridos.
- 10.5. Requisitos de segurança da informação e privacidade
- 10.5.1. A contratada deve seguir todas as políticas e normas da SEFAZ/RN.  
A contratada deve obedecer integralmente à LGPD.
- 10.5.2. As informações acessadas devem ser tratadas como confidenciais.
- 10.5.3. As atividades devem obedecer às políticas de segurança da SEFAZ/RN.
- 10.5.4. A contratada deve manter sigilo absoluto, sob responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 10.6. Requisitos de projeto de implementação
- 10.6.1. O Plano de Instalação deve ser entregue em até 2 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 10.6.2. O cronograma de implantação não deve superar 15 dias úteis.
- 10.6.3. Deve incluir diagrama de arquitetura, plano de testes e todos os detalhes técnicos.
- 10.6.4. Deve contemplar levantamento da infraestrutura, migração das políticas, configuração inicial, ativação das licenças, definição das políticas de segurança, plano de testes, contingência e documentação.
- 10.6.5. A contratante deve aprovar o plano em até 3 dias úteis.
- 10.6.6. A contratada deve ajustar o plano em até 3 dias úteis, caso necessário.
- 10.6.7. Ao final, deve ser entregue relatório As-Built contendo arquitetura final, configurações realizadas, resultados dos testes, monitoramento, recomendações e documentação.
- 10.6.8. Os serviços devem ser prestados por profissionais certificados pelo fabricante.
- 10.6.9. Despesas de deslocamento e hospedagem serão da contratada.
- 10.6.10. A implantação só pode iniciar após aprovação formal do Plano de Instalação.
- 10.7. Requisitos de experiência profissional
- 10.7.1. Os serviços devem ter profissionais habilitados e experientes na tecnologia de firewall.
- 10.7.2. A contratada deve comprovar experiência prévia em serviços semelhantes.
- 10.8. Requisitos de formação da equipe
- 10.8.1. Item não aplicável.
- 10.9. Requisitos da metodologia de trabalho
- 10.9.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento e demais especificações definidas neste instrumento.
- 10.10. Outros requisitos aplicáveis - modelo de licitação
- 10.10.1. A licitação deverá ser em um único lote, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.
- 10.11. Outros requisitos aplicáveis - visita técnica
- 10.11.1. A avaliação prévia do local de instalação não é obrigatória, mas é assegurado ao interessado o direito de realizar vistoria prévia.
- 10.11.2. A visita poderá ser agendada pelos e-mails cotin@sefaz.rn.gov.br e/ou cplset@sefaz.rn.gov
- 10.11.3. A SEFAZ/RN não aceitará alegações de desconhecimento de condições técnicas para execução dos serviços.

11. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SIMILARES:

- 11.1. Contrato nº 16/2023 - Hospital das Forças Armadas (Ministério da Defesa), contratação de solução de *Next Generation Firewall (NGFW)* em alta disponibilidade, com serviço de suporte centralizado de plataforma de segurança, R\$ 2.867.400,00, acessível em: <https://pncp.gov.br/app/contratos/03277610000125/2023/000214>
- 11.2. Contrato nº 34/2024 - Presidência da República / Casa Civil, aquisição de equipamentos *Firewall de Aplicação Web (WAF)*, com fornecimento de *appliances*, licenças, suporte e atualização, R\$ 3.884.000,00, acessível em: <https://pncp.gov.br/app/contratos/00394411000109/2024/000152>
- 11.3. Edital nº 90044/2025 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, R\$ 14.266.587,59, Registro de preços para futura e eventual aquisição de soluções de *firewalls NGFW* com garantia técnica para prover segurança perimetral com administração e gerenciamento das políticas de segurança, incluindo os



dispositivos de proteção de rede *Firewalls*, com controle de acesso e de ameaças, funcionalidades de *NGFW* incluindo as consoles para gerenciamento centralizado desses *Firewalls*, conforme condições e especificações estabelecidas no SEI 24.0.000011477-0, acessível em <https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2025/3401>

11.4. Edital nº 90004/2025, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, contratação de uma Solução de Segurança de Perímetro de Rede de Alta disponibilidade tipo *Firewall (NGFW)* e Serviço de Acesso Seguro (ZTNA) com garantia de suporte e manutenção por sessenta (60) meses, incluindo a instalação, implementação e a transferência de conhecimento da solução, R\$ 5.977.500,00, acessível em <https://pncp.gov.br/app/editais/04039532000193/2025/9>

12. **PAPEIS E RESPONSABILIDADES:**

- 12.1. **DA CONTRATANTE**
- 12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 12.1.2. Indicar e nomear gestores e fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 12.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 12.1.4. Comunicar à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dos equipamentos entregues e das horas realizadas.
- 12.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 12.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução.
- 12.1.7. Prestar informações, atinentes ao objeto da contratação, que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.
- 12.1.8. Permitir livre acesso aos colaboradores da CONTRATADA em suas dependências para a prestação dos serviços objeto desta contratação.
- 12.1.9. Notificar a CONTRATADA da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 12.1.10. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do instrumento contratual.
- 12.1.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços.
- 12.1.12. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA.
- 12.1.13. Não exercer o poder de mando sobre os colaboradores da CONTRATADA, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsáveis por ela indicados.
- 12.1.14. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- 12.1.15. Suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que julgar necessário e em sintonia com a Legislação vigente.

- 12.2. **DA CONTRATADA**
- 12.2.1. Entregar os equipamentos conforme especificados neste Termo de Referência.
- 12.2.2. Cumprir os prazos conforme especificados neste Termo de Referência.
- 12.2.3. Realizar os serviços conforme especificados neste Termo de Referência.
- 12.2.4. Alocar profissionais capacitados para realização de todos os serviços contratados.
- 12.2.5. Responsabilizar-se por qualquer ato de seus colaboradores que venham a danificar os equipamentos ou indisponibilizar os serviços da SEFAZ/RN;

13. **FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

- 13.1. O Fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, em lote único, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.
- 13.2. A contratação do objeto pretendido tem amparo na Lei Nº 14.133/2021, no que couber, e demais legislações aplicadas à matéria.
- 13.3. Os serviços objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, uma vez que, seus padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme preconiza o Artigo 6º, inciso XIII, da Lei Nº 14.133/2021.
- 13.4. O proponente deverá apresentar proposta, juntamente com a documentação necessária para habilitação exigida no edital.
- 13.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo Referência.
- 13.6. Deverá estar incluído no preço todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão de obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.
- 13.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta durante o certame licitatório.
- 13.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,50%.
- 13.9. **Regime de execução:**
- 13.9.1. O regime de execução do contrato será por preço global.
- 13.10. **Aplicação da margem de preferência:**
- 13.10.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.
- 13.11. **Exigências de habilitação:**
- 13.11.1. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 13.11.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - [SICAF](#);
- 13.11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - [CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 13.11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - [CNEP](#), mantido pela Controladoria-Geral da União.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- 13.11.2. **Habilitação jurídica:**
- 13.11.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 13.11.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.11.2.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial do Estado e arquivada na Junta Comercial da unidade estadual onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 13.11.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.11.2.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

13.11.2.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

13.11.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 13.11.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

13.11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.11.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.11.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.11.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

13.11.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.11.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.11.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.11.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 13.11.4. **Qualificação Econômico-Financeira:**

13.11.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

13.11.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

13.11.4.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

13.11.4.4.  $Liquidez\ Geral\ (LG) = (Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo) / (Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante)$ ;

13.11.4.5.  $Solvência\ Geral\ (SG) = (Ativo\ Total) / (Passivo\ Circulante + Passivo\ não\ Circulante)$ ; e

13.11.4.6.  $Liquidez\ Corrente\ (LC) = (Ativo\ Circulante) / (Passivo\ Circulante)$ .

13.11.4.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 1% do valor total estimado da contratação.

13.11.4.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

13.11.4.9. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

13.11.4.10. As exigências deste item, visa mitigar riscos, proteger o interesse público, assegurar a viabilidade de uma contratação segura, eficiente e em sintonia com os princípios da boa gestão pública e da Lei 14.133/2021.

13.11.4.11. As certidões negativas de falência e insolvência, a análise dos índices contábeis e dos balanços patrimoniais são ferramentas essenciais para demonstrar a boa situação financeira da licitante. Elas garantem que a empresa a ser contratada tenha a solidez necessária para honrar um compromisso dessa magnitude e minimizam o risco de inexecução contratual, extremamente danosa ao Erário.

13.11.4.12. Visando à competitividade, o subitem 11.4.7 deste item prevê um mecanismo de flexibilidade que permite a participação das empresas que não atingirem os índices financeiros exigidos, sem abrir mão da segurança jurídica. Tal medida garante que a SEFAZ/RN possa atrair o maior número de licitantes, assegurando a solidez financeira do futuro contratado.

### 13.11.5. **Qualificação Técnica:**

13.11.5.1. Atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto.

13.11.5.2. Atestados podem ser da matriz ou filial.

13.11.5.3. Administração pode solicitar documentos complementares.

13.11.5.4. Todas as exigências possuem justificativa técnica associada ao risco e complexidade do objeto.

13.11.6. As exigências de habilitação, em especial a **Econômico-Financeira** e **Qualificação Técnica** exigidos na presente contratação fundamenta-se na natureza estratégica e crítica do objeto, que envolve a aquisição e implementação de uma solução integrada de segurança perimetral para a SEFAZ/RN.

13.11.7. A infraestrutura de segurança da informação é vital para a continuidade dos serviços fazendários, a proteção de dados sensíveis e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

13.11.8. A complexidade dos firewalls de nova geração (NGFW) e a necessidade de integração com a infraestrutura existente da SEFAZ/RN exigem profissionais altamente qualificados e certificados pelo fabricante, bem como, que o Fornecedor demonstre condições **Econômico-Financeira** para assegurar a viabilidade de uma contratação segura, eficiente e em sintonia com os princípios da boa gestão pública e da Lei 14.133/2021, mitigando os riscos de falhas na implantação, operação e execução contratual, protegendo assim o interesse público e o erário.

13.11.9. A Administração, poderá, a qualquer tempo, durante a fase de habilitação ou em qualquer outra fase do processo licitatório, solicitar aos licitantes a apresentação de documentos complementares, informações adicionais ou a realização de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Esta prerrogativa visa a aferir a veracidade das informações e documentos apresentados, bem como a adequação das propostas às exigências do edital e da legislação vigente, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

13.11.10. A omissão ou a recusa injustificada do licitante em atender às solicitações da Administração no prazo estabelecido poderá implicar a inabilitação ou a desclassificação da proposta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## 14. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

14.1. O equipamento deverá ser entregue, instalado, configurado e colocado em plena operação no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Norte (Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901), observando integralmente os requisitos técnicos, operacionais e de segurança estabelecidos neste Termo de Referência. A entrega dos equipamentos e licenças deverá ocorrer em até **60 (sessenta) dias corridos** após a assinatura do contrato.

14.2. Após a entrega, a contratada deverá realizar a instalação física, incluindo montagem nos racks, cabeamento, energização, verificação de conectividade e validação inicial de funcionamento. A instalação, configuração e migração deverão ser concluídas em até **15 (quinze) dias corridos** após o recebimento dos equipamentos pela SEFAZ/RN.

14.3. O equipamento deverá possuir suporte técnico do fabricante por pelo menos **36 (trinta e seis) meses**, com atendimento integral às políticas oficiais do fabricante.

14.4. O prazo de garantia deve ser de no mínimo **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, compreendendo manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e correções de falhas sem custo adicional.

14.5. O suporte técnico deverá atender à política de suporte vigente do fabricante, incluindo atualizações, correções de firmware, patches de segurança, além das diretrizes técnicas publicadas, observando o disposto nas políticas oficiais.

14.6. A manutenção e o suporte técnico para todas as camadas da solução, abrangendo hardware, software, licenças e serviços de segurança, deverão

ser prestados diretamente pelo fabricante, incluindo a garantia de substituição de qualquer peça, componente ou módulo que apresente defeito, durante todo o período de vigência do contrato.

14.7. O suporte técnico deverá ser disponibilizado de forma **24x7x365**, garantindo atendimento ininterrupto para incidentes críticos, indisponibilidades ou falhas que comprometam a operação.

14.8. Os serviços de suporte técnico têm por finalidade garantir a sustentação, continuidade, disponibilidade e plena utilização da solução durante toda a vigência contratual, assegurando intervenções corretivas e preventivas de forma tempestiva.

14.9. O suporte deverá ser prestado mediante abertura de chamados em sistema eletrônico fornecido pela contratada ou pelo fabricante, devendo também estar disponível o atendimento por contato telefônico para incidentes de maior gravidade ou urgência.

14.10. A contratada deverá auxiliar a SEFAZ/RN em todas as interações com o fabricante, incluindo abertura de chamados, acompanhamento, comunicação técnica, repasse de informações e tratamento de incidentes.

14.11. A contratada deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes canais de suporte técnico: portal de atendimento para abertura e acompanhamento de chamados; endereço de e-mail dedicado; central 0800; e telefone fixo para suporte técnico.

14.12. A execução do objeto deverá seguir um Plano de Instalação que será apresentado pela contratada em até **2 (dois) dias úteis** após a assinatura do contrato, contendo cronograma detalhado, diagrama de arquitetura, plano de testes, metodologia de migração, procedimentos de contingência e validações necessárias. O plano deverá ser aprovado pela SEFAZ/RN em até **1 (um) dia útil**, e eventuais ajustes deverão ser realizados pela contratada também em até **1 (um) dia útil**.

14.13. Ao término da implantação, a contratada deverá entregar **Relatório Técnico As-Built**, contendo descrição completa da arquitetura final, configurações aplicadas, registros das etapas executadas, resultados dos testes realizados, evidências de funcionamento e recomendações de operação e manutenção.

## 15. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO:

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responsável pelas consequências da inexecução total ou parcial de suas obrigações. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, devendo tais circunstâncias ser registradas por meio de simples apostila.

15.2. Todas as comunicações entre a SEFAZ/RN e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim. A Administração poderá convocar representantes da contratada sempre que necessário para adoção imediata de providências relativas à execução do objeto.

15.3. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contrato — técnico e administrativo — ou por seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Compete ao fiscal verificar o fiel cumprimento das condições contratuais, assegurando que o objeto seja executado conforme especificações, prazos e padrões de qualidade estabelecidos. Caberá ao fiscal conferir as notas fiscais e demais documentos necessários ao pagamento e, após o ateste, encaminhá-los ao gestor do contrato para ratificação, conforme previsto no Decreto Estadual nº 32.449/2023.

15.4. O fiscal de contrato deverá registrar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas ao andamento da execução, incluindo controle de vigência, saldo contratual, intercorrências técnicas, conformidade dos serviços prestados e eventuais irregularidades. Deverá, sempre que necessário, determinar as medidas corretivas adequadas para regularizar faltas, falhas ou defeitos observados.

15.5. Caso sejam constatados inadimplementos contratuais, o fiscal deverá notificar formalmente a contratada, estabelecendo prazo razoável para apresentação de manifestação e solução do problema, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 32.449/2023.

15.6. O fiscal deverá observar ainda todas as disposições referentes à sua atuação, previstas no Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449/2023.

15.7. O gestor do contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios, pareceres, análises técnicas e demais documentos relativos ao objeto contratado, recebendo subsídios técnicos e operacionais fornecidos pelo fiscal. Caberá ao gestor coordenar, consolidar informações, comunicar à autoridade competente situações relevantes e adotar providências necessárias para garantir a correta execução contratual. O gestor observará também as regras aplicáveis à sua função previstas no Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449/2023.

## 16. CRITÉRIOS E FORMA DE PAGAMENTO:

### 16.1. Do recebimento:

16.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias, mediante termos detalhados que comprovem o cumprimento das exigências técnicas e administrativas. O prazo será contado a partir do recebimento da comunicação de cobrança encaminhada pela contratada, acompanhada da comprovação da execução dos serviços correspondentes à parcela faturada.

16.1.2. A contratada é responsável por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, quaisquer itens do objeto que apresentem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução dos serviços ou defeitos de materiais empregados. Enquanto houver pendências identificadas no recebimento provisório, a fiscalização não poderá atestar a última e/ou única medição de serviços.

16.1.3. O recebimento provisório também poderá ser condicionado, quando aplicável, à conclusão dos testes de campo e à entrega de manuais, instruções e demais documentos técnicos exigidos.

16.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência ou da proposta vencedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

16.1.5. Quando a fiscalização for realizada por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter registro, análise e conclusão sobre a execução, tanto no aspecto técnico quanto administrativo, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

16.1.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 dias após o recebimento provisório, mediante verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, aceitação formal e emissão de termo circunstanciado pelo gestor do contrato ou comissão designada. Para isso, o gestor deverá analisar os documentos encaminhados pelo fiscal, avaliar as informações técnicas e administrativas e, estando tudo conforme, comunicar à contratada para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, no valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.1.7. A documentação pertinente deverá ser enviada ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento. Havendo controvérsia quanto à qualidade, quantidade ou dimensão da execução, observar-se-á o art. 143 da Lei 14.133/2021, devendo a contratada emitir Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

16.1.8. Nenhum prazo de recebimento será iniciado enquanto houver pendências ou inconsistências não solucionadas pela contratada. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 16.2. Liquidação:

16.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.2.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

16.2.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

16.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar

possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

16.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

16.3. **Prazo de pagamento:**

16.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

16.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

16.4. **Forma de pagamento:**

16.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

17.1. Com base na Pesquisa de Preços (documento SEI 39035171), realizada conforme o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a metodologia detalhada no referido processo, o valor estimado da contratação foi apurado após análise crítica das cotações de mercado, exclusão de preços inexequíveis ou excessivamente elevados, e aplicação da média aritmética simples como método estatístico, devido ao baixo coeficiente de variação dos dados coletados.

17.2. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 1.581.818,43 (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e três centavos), conforme detalhamento na pesquisa de preços.

17.3. Nos valores máximos admissíveis estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução integral do objeto, tais como:

- I - tributos incidentes;
- II - encargos trabalhistas e previdenciários;
- III - despesas fiscais e comerciais;
- IV - taxas e contribuições;
- V - custos administrativos da contratada;
- VI - frete, seguro, deslocamento e logística;
- VII - quaisquer outros itens necessários ao cumprimento pleno da contratação.

17.4. O valor estimado servirá como limite máximo da contratação, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, não constituindo, entretanto, parâmetro para reajustamento ou atualização automática de preços.

18. **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:**

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina prevista nos arts. 124, 125 e 126 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitidas somente nas hipóteses legalmente autorizadas e mediante formalização por meio de termo aditivo ou apostila, conforme o caso.

18.2. As supressões decorrentes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, desde que devidamente justificadas e que não comprometam a integridade, a funcionalidade e a continuidade do objeto contratado.

19. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

19.1. Dotação Orçamentária: 22.131.04.122.0100.324101.0001 Natureza da Despesa: 44.90.52 - Equipamento e Material Permanente; Sub-elemento: 35 - equipamento de Informática e Processamento de Dados; Fonte: 0.5.00 - Recursos não vinculados de Impostos, no valor estimado de R\$ 1.581.818,43 (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil oitocentos e dezoito reais e quarenta e três centavos).

20. **TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:**

20.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a contratante e a contratada comprometem-se a observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e demais normas aplicáveis, adotando todas as medidas legais, técnicas, administrativas e organizacionais necessárias à proteção dos titulares e à conformidade das operações de tratamento.

20.2. Ambas as partes deverão adotar medidas para assegurar a conformidade de suas operações com a LGPD e com as orientações emitidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), garantindo que qualquer tratamento realizado seja limitado ao mínimo necessário para o atendimento das finalidades contratuais.

20.3. Cada parte deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, implementando mecanismos de segurança adequados para proteção dos direitos dos titulares, incluindo controles de acesso, registro de atividade, criptografia, segregação de ambientes, armazenamento seguro e demais práticas aplicáveis.

20.4. As partes deverão cooperar entre si para o pleno atendimento dos direitos dos titulares previstos na legislação, fornecendo informações, orientações e suporte sempre que necessário. Cada parte deverá orientar seus colaboradores, contratados e prepostos sobre os deveres, responsabilidades e requisitos decorrentes da LGPD, garantindo que não haja divulgação indevida de dados pessoais aos quais tenham acesso.

20.5. Qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais — como acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação indevida ou qualquer forma de tratamento ilícito ou inadequado — deverá ser comunicado imediatamente e por escrito à outra parte, em prazo razoável, contendo as informações previstas no §1º do art. 48 da LGPD, sem prejuízo da adoção imediata das medidas de contenção e mitigação necessárias.

20.6. Especificamente quanto à contratada, esta se compromete a tomar conhecimento e cumprir integralmente a Política de Proteção de Dados Pessoais da contratante, bem como apresentar todas as informações e evidências que lhe forem solicitadas sobre operações de tratamento decorrentes da execução contratual, adotando também quaisquer providências lícitas determinadas pela contratante.

20.7. Quando configurada qualquer hipótese de término do tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 15 da LGPD, a contratada deverá interromper imediatamente o tratamento e eliminar todos os dados pessoais e respectivas cópias sob sua guarda, independentemente do formato em que se encontrem. A conservação somente será permitida nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD.

21. **SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:**

21.1. É vedada a subcontratação de qualquer parcela da execução do objeto. A contratada será a única responsável pela integralidade dos serviços,

fornecimentos e obrigações decorrentes do contrato, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar. Trata-se de objeto de natureza altamente técnica e especializada, cujo desempenho adequado exige responsabilidade plena, contínua e ininterrupta do fornecedor contratado.

21.2. A solução envolve informações sigilosas, infraestrutura crítica e sistemas essenciais à operação da SEFAZ/RN, o que demanda elevado grau de confiança, segurança e domínio técnico por parte da empresa executora. A delegação de etapas a terceiros que não integrem diretamente a cadeia de confiança da contratada representaria risco significativo à integridade, à confidencialidade e à interoperabilidade da solução.

21.3. Além disso, a execução da solução requer profissionais devidamente certificados pelo fabricante, garantindo conformidade técnica, aderência às melhores práticas e manutenção das garantias de hardware, software, atualizações e suporte oficial. A subcontratação, mesmo parcial, poderia acarretar perda da garantia e do suporte técnico do fabricante, o que é incompatível com os requisitos essenciais previstos para a manutenção do ambiente da SEFAZ/RN.

21.4. A vedação à subcontratação, portanto, constitui medida de cautela, prudência e segurança, justificada pela complexidade e criticidade do objeto, mitigando riscos de execução inadequada e assegurando a eficiência, a continuidade e a confiabilidade da solução contratada.

22. **GARANTIA DE EXECUÇÃO**

22.1. Será exigida garantia de execução contratual, conforme previsto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e mitigar riscos de inexecução total ou parcial do objeto. A garantia deverá ser apresentada como condição para a assinatura do contrato, no percentual e modalidades permitidos pela legislação, incluindo caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

22.2. A exigência da garantia se justifica em razão da complexidade técnica do objeto contratado, que envolve fornecimento de equipamentos de segurança perimetral, licenças de software, suporte técnico especializado e serviços críticos de instalação, migração e ativação, cuja eventual inexecução poderia comprometer a segurança do ambiente de TI da SEFAZ/RN e acarretar prejuízos significativos à Administração Pública.

22.3. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual e somente será liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas, incluindo o prazo de garantia técnica, suporte e demais responsabilidades previstas neste Termo de Referência.

23. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO:**

23.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Autorização nº 57/2025/SEFAZ - GS/SEFAZ - SECRETÁRIO, conforme doc SEI nº (37091903)

23.2. Nestes termos, assinam este Termo de Referência, os integrantes da equipe de Planejamento da Contratação, abaixo indicados:

<b>Amanda Lucas de Andrade</b> <b>Matrícula 245.685-0</b>	<b>Elizabeth Soares Romão dos Santos</b> <b>Matrícula 224.252-4</b>	<b>Luilson Nunes de Almeida</b> <b>Matrícula 194.534-3</b>
--	--	---

SEI nº 39639481

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00310003.002794/2025-70

24. **DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

24.1. Autorização nº 57/2025/SEFAZ (37091903);

25. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE/ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

25.1. Devido à combinação do tráfego de aplicações modernas em grande escala na internet e com o surgimento diário de novas ameaças que tem como alvo as empresas privadas e principalmente órgãos de Governo, os sistemas firewalls tradicionais, que tem suas funções baseadas em controle de portas TCP/IP e roteamento, não são capazes de detectar e bloquear estes tipos de ameaças. estes sistemas de firewall não podem detectar códigos maliciosos que estejam embarcados dentro de aplicações, não podem enxergar conteúdo de pacotes criptografados e tão pouco bloquear muitos tipos de ataques, como por exemplo, o ataque conhecido como sneaky rogue, que são aplicativos malicioso que usam números de portas diferentes das portas padrão. Malwares sofisticados, como por exemplo os que usam ataques do tipo Botnet, visam criar células para atacar outras redes externas a partir da infraestrutura interna hospedeira, já o Ransomware, que hoje se tornou uma das ameaças mais perigosas para órgãos de Governo, que tem o modus operandi de sequestrar dados e solicitar o pagamento de altas quantias para que seja possível recuperar os dados sequestrados.

25.2. Para proporcionar uma maior proteção e segurança das comunicações das suas redes e dos sistemas publicados para a sociedade a SEFAZ-RN adquiriu em 11/04/2017, através do Contrato Nº 2148/OC-BR - PROFISCO/RN - Processo Nº 39805/2017-1, uma solução de Firewall/UTM, 02 (dois) equipamentos Firewall e 01 (hum) gerador de relatórios UTM para gestão unificada de ameaças (Firewall-UTM -NGFW - Fortigate).

25.3. Equipamentos robustos e desenvolvidos para proteger redes dos mais diversos tamanhos que contam com vários recursos de segurança, tais como: antivírus, análise de malwares desconhecidos, usando a tecnologia Sandbox, filtro de sites da internet através de categorias alimentadas diariamente pelo fabricante do equipamento e através de filtro DNS, controle de aplicações que usam a camada 7 para acessar a internet, detecção e bloqueio de ataques do tipo SQL Injection, Botnet, PortScan e diversos outros originados das redes internas e da internet, usando o recurso de IPS, bloqueio de ataques avançados com variação de comportamento, através da tecnologia ATP, criação de VPN segura entre sites e para usuários, usando as tecnologias IPSEC, SSL VPN e L2TP com criptografia e inspeção de tráfego, detecção de vulnerabilidades em dispositivos internos como computadores, notebooks, tablets e quaisquer outros que usem a rede.

25.4. Esses equipamentos proporcionaram à SEFAZ-RN reduzir vulnerabilidades, aumentando a segurança e dando condições para a equipe técnica agir na correção de falhas de segurança que venham a ser detectadas na rede e equipamentos, por permitir uma visão detalhada do tráfego de dados na rede a nível de porta, origem, destino, país, dispositivos, usuários e aplicações em tempo real e através de relatórios.

25.5. Os firewalls desempenham papel central na infraestrutura tecnológica da SEFAZ/RN, pois realizam inspeção profunda de tráfego, previnem intrusões, bloqueiam ataques, controlam acessos, possibilitam VPNs seguras e garantem a continuidade dos serviços fazendários.

25.6. Com o aumento do tráfego de dados, da quantidade de sistemas e integrações, e da dependência tecnológica, os equipamentos atuais já operam próximos de sua capacidade máxima.

25.7. Firewalls não são substituídos com frequência devido ao alto impacto operacional, sendo essencial manter a solução atual segura e atualizada até que seja possível planejar a evolução para equipamentos mais robustos.

25.8. **Neste cenário, a contratação tem por objetivo renovar as licenças de segurança, suporte e atualização dos firewalls de perímetro Fortigate 500E e do FortiAnalyzer Virtual Appliance, que compõem a camada central de proteção da rede institucional da SEFAZ/RN.**

25.9. Esses dispositivos são responsáveis pela defesa do ambiente de Tecnologia da Informação contra ameaças cibernéticas, controle do tráfego de rede, garantia de integridade dos sistemas internos e manutenção da disponibilidade dos serviços essenciais prestados pela Secretaria.

25.10. **As licenças que necessitam de renovação são:**

I - **2 (duas) licenças UTM 5x9 para FGT 500E: FG5H0E5818908129 e FG5H0E5818908396**

II - **1 (uma) licença FortiCare Virtual Appliance 5x9 - 26 Gb Logs/Day: FAZ-VM0000099525**

25.11. A renovação é urgente, considerando a proximidade da expiração das licenças, o que acarretaria perda de atualizações de segurança, interrupção do suporte do fabricante e exposição crítica a incidentes cibernéticos.

25.12. A contratação é viável e necessária para preservar a segurança do ambiente, a continuidade dos serviços essenciais e o atendimento às demandas crescentes da SEFAZ/RN.

25.13. Manter estes equipamentos com suporte, garantia e atualizações do fabricante é essencial a continuidade da proteção adequada da SEFAZ-RN, pois a segurança cibernética não é estática. A cada mês, novas brechas e técnicas de invasão são descobertas e exploradas por agentes mal-intencionados, colocando em risco a integridade dos sistemas e das informações.

25.14. Sem as correções fornecidas pelo fabricante e sem acesso a uma equipe de suporte especializada, até mesmo um ataque simples pode resultar em grandes prejuízos — desde a interrupção de serviços e sistemas essenciais para a arrecadação e fiscalização tributária, até o vazamento de dados sigilosos,



cuja proteção é obrigação legal do Estado.

25.15. Além disso, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas internas de governança de tecnologia da informação exigem que órgãos públicos adotem mecanismos modernos e constantemente atualizados de defesa digital.

25.16. Assim, manter o firewall Fortinet – Fortigate com suporte ativo, garantia e licenciamento vigente não é apenas uma prática de boa gestão, mas também uma demonstração de conformidade legal e de compromisso institucional com a sociedade.

25.17. Essa medida evita gastos inesperados com reparos emergenciais, reduz significativamente o tempo de indisponibilidade em caso de falhas e assegura que a SEFAZ/RN cumpra seu papel de proteger informações estratégicas e garantir a continuidade dos serviços. Trata-se de uma ação preventiva que reforça a resiliência tecnológica da instituição e fortalece a confiança da população nos serviços fazendários.

26. **ÁREA REQUISITANTE:**

26.1. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTIN/SEFAZ.

27. **CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

27.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, em lote único, adotando-se o critério de julgamento pelo menor.

27.2. A contratação do objeto pretendido tem amparo na Lei Nº 14.133/2021, no que couber, e demais legislações aplicadas à matéria.

27.3. Os serviços objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, uma vez que, seus padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme preconiza o Argo 6º, inciso XIII, da Lei Nº 14.133/2021.

28. **DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA DEMANDA:**

28.1. **Requisitos de Negócio:**

28.1.1. A solução de firewall corporativo deve dispor de capacidade de processamento, inspeção de tráfego, segurança avançada e continuidade operacional adequadas para atender às demandas atuais da SEFAZ/RN e ao crescimento projetado para os próximos 3 anos.

28.1.2. O objeto é classificado como serviço comum, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

28.1.3. Os equipamentos e licenças devem ser entregues, instalados e configurados em plena operação no Centro Administrativo do RN.

28.1.4. A solução deve ter suporte técnico do fabricante por pelo menos 36 meses.

28.1.5. A contratação deve ampliar a segurança da rede, permitir expansão da capacidade, sustentar o crescimento de serviços e atender às diretrizes da LGPD.

28.2. **Requisitos Legais:**

28.2.1. O presente processo de contratação está aderente à Constituição Federal, à Constituição Estadual do RN e à Lei nº 14.133/2021.

28.3. **Requisitos de manutenção:**

28.3.1. A garantia e o suporte devem ter duração mínima de 36 meses.

28.3.2. O suporte deve seguir a política vigente do fabricante.

28.3.3. Deve haver manutenção e suporte técnico para hardware, software, licenças e serviços UTM, inclusive trocas necessárias.

28.3.4. O suporte deve ser 24x7x365.

28.3.5. O suporte deve ser realizado via chamados, sistema eletrônico e atendimento telefônico.

28.3.6. Deve haver monitoramento ativo do fabricante.

28.3.7. A contratada deve auxiliar a SEFAZ/RN no relacionamento com o fabricante.

28.3.8. Devem ser disponibilizados: portal, e-mail, linha 0800 e/ou telefone fixo.

28.3.9. Atualizações de firmware e assinaturas devem ser aplicadas sem custo adicional.

28.4. **Requisitos temporais:**

28.4.1. A vigência contratual deve ser de 36 meses.

28.4.2. A entrega dos equipamentos e licenças deve ocorrer em até 60 dias corridos.

28.4.3. A instalação, configuração e migração devem ocorrer em até 15 dias corridos após o recebimento.

28.4.4. Os prazos seguem o art. 183 da Lei 14.133/2021 (exclui o dia de início e inclui o do vencimento).

28.4.5. Os prazos devem ser considerados em dias corridos.

28.5. **Requisitos de segurança da informação e privacidade:**

28.5.1. A contratada deve seguir todas as políticas e normas da SEFAZ/RN. A contratada deve obedecer integralmente à LGPD.

28.5.2. As informações acessadas devem ser tratadas como confidenciais.

28.5.3. As atividades devem obedecer às políticas de segurança da SEFAZ/RN.

28.5.4. A contratada deve manter sigilo absoluto, sob responsabilidade civil, penal e administrativa.

28.6. **Requisitos de projeto de implementação:**

28.6.1. O Plano de Instalação deve ser entregue em até 2 dias úteis após a assinatura do contrato.

28.6.2. O cronograma de implantação não deve superar 15 dias úteis.

28.6.3. Deve incluir diagrama de arquitetura, plano de testes e todos os detalhes técnicos.

28.6.4. Deve contemplar levantamento da infraestrutura, migração das políticas, configuração inicial, ativação das licenças, definição das políticas de segurança, plano de testes, contingência e documentação.

28.6.5. A contratante deve aprovar o plano em até 3 dias úteis.

28.6.6. A contratada deve ajustar o plano em até 3 dias úteis, caso necessário.

28.6.7. Ao final, deve ser entregue relatório As-Built contendo arquitetura final, configurações realizadas, resultados dos testes, monitoramento, recomendações e documentação.

28.6.8. Os serviços devem ser prestados por profissionais certificados pelo fabricante.

28.6.9. Despesas de deslocamento e hospedagem serão da contratada.

28.6.10. A implantação só pode iniciar após aprovação formal do Plano de Instalação.

28.7. **Requisitos de experiência profissional:**

28.7.1. Os serviços devem ter profissionais habilitados e experientes na tecnologia de firewall.

28.7.2. A contratada deve comprovar experiência prévia em serviços semelhantes.

28.8. **Requisitos de formação da equipe:**

28.8.1. Item não aplicável.



- 28.9. **Requisitos da metodologia de trabalho:**
- 28.9.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento e demais especificações definidas neste instrumento.
- 28.10. **Outros requisitos aplicáveis - modelo de licitação:**
- 28.10.1. A licitação deverá ser em um único lote, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.
- 28.11. **Outros requisitos aplicáveis - visita técnica:**
- 28.11.1. A avaliação prévia do local de instalação não é obrigatória, mas é assegurado ao interessado o direito de realizar vistoria prévia.
- 28.11.2. A visita poderá ser agendada pelos e-mails [cotin@sefaz.rn.gov.br](mailto:cotin@sefaz.rn.gov.br) e/ou [cplset@sefaz.rn.gov](mailto:cplset@sefaz.rn.gov)
- 28.11.3. A SEFAZ/RN não aceitará alegações de desconhecimento de condições técnicas para execução dos serviços.
29. **CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SIMILARES:**
- 29.1. Contrato nº 16/2023 - Hospital das Forças Armadas (Ministério da Defesa), contratação de solução de *Next Generation Firewall (NGFW)* em alta disponibilidade, com serviço de suporte centralizado de plataforma de segurança, R\$ 2.867.400,00, acessível em: <https://pncp.gov.br/app/contratos/03277610000125/2023/000214>
- 29.2. Contrato nº 34/2024 - Presidência da República / Casa Civil, aquisição de equipamentos *Firewall de Aplicação Web (WAF)*, com fornecimento de *appliances*, licenças, suporte e atualização, R\$ 3.884.000,00, acessível em: <https://pncp.gov.br/app/contratos/00394411000109/2024/000152>
- 29.3. Edital nº 90044/2025 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, R\$ 14.266.587,59, Registro de preços para futura e eventual aquisição de soluções de *firewalls NGFW* com garantia técnica, para prover segurança perimetral com administração e gerenciamento das políticas de segurança, incluindo os dispositivos de proteção de rede *Firewalls*, com controle de acesso e de ameaças, funcionalidades de NGFW incluindo as consoles para gerenciamento centralizado desses *Firewalls*, conforme condições e especificações estabelecidas no SEI 24.0.000011477-0, acessível em <https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2025/3401>
- 29.4. Edital nº 90004/2025, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, contratação de uma Solução de Segurança de Perímetro de Rede de Alta disponibilidade tipo *Firewall (NGFW)* e Serviço de Acesso Seguro (ZTNA) com garantia de suporte e manutenção por sessenta (60) meses, incluindo a instalação, implementação e a transferência de conhecimento da solução, R\$ 5.977.500,00, acessível em <https://pncp.gov.br/app/editais/04039532000193/2025/9>.
30. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**
- 30.1. Não existe contratação correlata e/ou interdependente com essa demanda.
31. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:**
- 31.1. **ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES DISPONÍVEIS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA:**
- 31.1.1. **SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO:**
- 31.1.1.1. Para atender a demanda desse estudo, foram identificados no mercado as seguintes alternativas:
- I - Renovação das licenças e do suporte dos equipamentos atuais: renovar o suporte e as licenças UTM dos firewalls Fortigate 500E e do FortiAnalyzer, preservando o hardware atual e garantindo continuidade operacional.
- Investimento estimado: R\$ 948.593,60 (novecentos e quarenta e oito mil quinhentos e noventa e três reais e sessenta centavos).
- II - Aquisição de novos equipamentos de firewall mais robustos: adquirir novos firewalls de maior capacidade e desempenho, com hardware atualizado e dimensionado para o crescimento das necessidades da SEFAZ/RN.
- Investimento estimado: R\$ 1.230.599,60 (um milhão, duzentos e trinta mil quinhentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).
- III - Aquisição de solução de firewall de outro fabricante: substituição total da solução atual por um fabricante diferente, exigindo migração integral das políticas, reconfiguração completa do ambiente e capacitação da equipe.
- Investimento variável conforme fabricante e licenciamento.
- 31.1.2. **SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**
- 31.1.2.1. Existem órgãos públicos que utilizam soluções de *Firewall* corporativo comparáveis; entretanto, não há infraestrutura compartilhada ou solução pública disponível que possa ser cedida, reutilizada ou adequadamente integrada ao ambiente da SEFAZ/RN.
- 31.1.3. **SOFTWARE LIVRE OU PÚBLICO:**
- 31.1.3.1. Soluções de *Firewall* de software livre, como *pfSense* ou *OPNsense*, não atendem ao nível de desempenho, disponibilidade, inspeção avançada e suporte especializado exigidos pela SEFAZ/RN, não sendo adequadas para o ambiente crítico deste Órgão.
- 31.1.4. **SOLUÇÃO DE SERVIÇO EM NUVEM:**
- 31.1.4.1. *Firewalls* oferecidos exclusivamente como serviço em nuvem não atendem ao perfil de tráfego e às integrações internas da SEFAZ/RN, cuja operação depende de grande parte da infraestrutura local (*on-premises*), exigindo inspeção e proteção diretamente no perímetro físico.
- 31.2. **ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA:**
- 31.2.1. A alternativa 8.1.1.1 I, para renovação das licenças e do suporte dos equipamentos atuais, em que pese apresentar o menor investimento imediato, mantém equipamentos próximos da sua capacidade máxima diante do crescimento do tráfego e dos serviços. A continuidade usando hardware com limites técnicos reduzidos implica riscos de saturação, degradação de desempenho e necessidade de nova substituição em curto prazo, não se apresentando uma alternativa.
- 31.2.2. A alternativa 8.1.1.1 II, para aquisição de novos equipamentos, apresenta um acréscimo ao item 8.1.1.1 I, de R\$ 282.006,00 (duzentos e oitenta e dois mil seis reais). Aproximadamente R\$ 7.833,50 (sete mil oitocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos) mensais por 36 meses. Esse incremento é viável considerando-se os ganhos de desempenho, segurança, capacidade e longevidade tecnológica, além dos novos equipamentos reduzem riscos operacionais e oferecem margem adequada para crescimento.
- 31.2.3. A alternativa 8.1.1.1 III, para aquisição de solução de firewall de outro fabricante, apesar da existência de outros fabricantes no mercado, a complexidade da migração, a necessidade de reescrever todas as políticas, a curva de aprendizado elevada para a equipe técnica, o risco operacional significativo, a perda do investimento já realizado em capacitação e padronização da plataforma atual, demonstram e justificam a inviabilidade dessa alternativa.
- 31.3. **POSICIONAMENTO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**
- 31.3.1. Pelo exposto no item 8.2.2 e considerando-se que a aquisição de novos equipamentos de *firewall* mais robustos, substituindo os modelos atualmente em uso, com um investimento de R\$ 1.230.599,60 (um milhão, duzentos e trinta mil quinhentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), trará para SEFAZ-RN:
- 31.3.1.1. maior capacidade de processamento, throughput e inspeção profunda;
- 31.3.1.2. atendimento às demandas atuais e capacidade adequada para os próximos anos;
- 31.3.1.3. redução dos riscos de indisponibilidade e saturação;
- 31.3.1.4. aumento da estabilidade e desempenho da rede;
- 31.3.1.5. maior vida útil da solução;
- 31.3.1.6. melhor relação custo-benefício no horizonte de 36 meses;
- 31.3.1.7. custo adicional mensal relativamente baixo em comparação aos ganhos operacionais;
- 31.3.1.8. mitigação de riscos decorrentes da manutenção de hardware antigo;
- 31.3.1.9. preservação do conhecimento técnico já consolidado na equipe.
- 31.3.2. Diante dessas análises técnica e econômica esta equipe de planejamento conclui que a solução mais adequada é a aquisição de novos

equipamentos de firewall de maior porte, por oferecer a solução mais estável, segura e economicamente mais vantajosa para esta Secretaria de Estado da Fazenda do RN.

31.4. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

31.4.1. Não aplicado, por se tratar de um sistema integrado, composto de hardware e software patentado.

31.5. BENEFÍCIOS ESPERADOS COM A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA

31.5.1. aumento da segurança perimetral;

31.5.2. maior desempenho e capacidade de inspeção;

31.5.3. maior disponibilidade dos serviços críticos;

31.5.4. adequação ao crescimento futuro;

31.5.5. redução de riscos operacionais;

31.5.6. melhor detecção e bloqueio de ameaças;

31.5.7. maior confiabilidade e estabilidade da operação;

31.5.8. melhor capacidade de auditoria e conformidade com a LGPD.

31.6. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETO

31.6.1. A implementação seguirá as diretrizes definidas nos requisitos técnicos e compreenderá:

- I - entrega dos equipamentos e licenças;
- II - apresentação do Plano de Instalação com cronograma, diagramas e plano de testes;
- III - execução da instalação e configuração inicial;
- IV - migração das políticas atuais;
- V - realização dos testes funcionais e de desempenho;
- VI - período de monitoramento e estabilização;
- VII - entrega do relatório técnico final (As-Built), contendo arquitetura, configurações, testes e recomendações.

32. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE MÍNIMA DA CONTRATAÇÃO:

32.1. A estimativa da quantidade mínima necessária para atendimento da demanda da SEFAZ/RN baseia-se nos requisitos técnicos, operacionais e de segurança identificados para substituição dos firewalls atualmente em uso, considerando o crescimento contínuo do tráfego, dos serviços digitais e das integrações do órgão, conforme detalhado neste ETP.

32.2. Quantidade mínima estimada:

Item	Quantidade	Descrição
Firewall corporativo modelo superior ao atualmente utilizado	02 unidades	Equipamentos de nova geração (NGFW), com maior capacidade de processamento, throughput elevado, suporte a inspeção avançada e operação em modo de alta disponibilidade (HA).
Licenças de segurança UTP (36 meses)	02 unidades	Pacotes completos de proteção, incluindo IPS, filtragem, antimalware, controle de aplicações, inspeção SSL e demais funcionalidades avançadas de segurança.
Licença do analisador de logs (FortiAnalyzer ou equivalente)	01 licença	Licença para gestão, auditoria, correlação e armazenamento de logs de segurança, garantindo rastreabilidade e conformidade.
Serviços de implementação	01 conjunto	Serviços especializados para instalação física e lógica, configuração, ativação das licenças, migração das políticas atuais e testes de operação.

32.3. Justificativa da quantidade mínima:

32.3.1. **Alta disponibilidade (HA):** A operação da SEFAZ/RN é crítica e exige redundância completa. Por isso são necessárias **duas unidades** de firewall para funcionamento em cluster, garantindo continuidade do serviço em caso de falha.

32.3.2. **Atualização tecnológica e necessidade de maior capacidade:** Os firewalls atuais já operam próximos do limite de capacidade. A quantidade mínima estimada considera equipamentos superiores capazes de absorver demanda atual e futura, evitando saturação e garantindo desempenho adequado.

32.3.3. **Cobertura completa de segurança:** As licenças UTP constituem o mínimo indispensável para habilitar todas as proteções necessárias, incluindo inspeção profunda, prevenção de intrusões e detecção de ameaças avançadas.

32.3.4. **Análise e armazenamento de logs:** A solução exige monitoramento centralizado para auditoria, conformidade e visibilidade de eventos. Por isso, a licença do analisador de logs é parte mínima e obrigatória para operação segura.

32.3.5. **Migração segura e sem impacto:** Para garantir continuidade operacional, é indispensável incluir serviços de implementação. Esses serviços asseguram que a migração seja realizada de forma organizada, sem interrupção dos sistemas fazendários.

32.3.6. **Dimensionamento adequado ao crescimento:** A quantidade mínima indicada é suficiente para suportar o crescimento natural dos serviços de TI nos próximos anos, reduzindo riscos de indisponibilidade e evitando nova aquisição em curto prazo.

33. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

33.1. A solução a ser contratada consiste em equipamentos, licenças e serviços necessários para implantação de uma plataforma de segurança perimetral baseada em firewalls corporativos FortiGate 600F (ou superiores), operando em alta disponibilidade (HA), com gerenciamento centralizado e capacidade de proteção avançada do ambiente da SEFAZ/RN.

33.2. Componentes da solução:

Item	Quantidade	Descrição	SKU
1	02	Firewall corporativo FortiGate 600F (ou superior), com operação em HA, aceleração por hardware, múltiplas interfaces de alta velocidade e suporte completo às funcionalidades de segurança.	FG-600F
2	02	Licença de segurança UTP - Unified Threat Protection - 36 meses, incluindo IPS, antimalware, webfilter, DNS filter, controle de aplicações, proteção avançada e suporte FortiCare Premium.	FC-10-0600F-950-02-36
3	1	Licença de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer Virtual Machine) - 36 meses, para armazenamento, correlação e auditoria de logs de segurança.	FC3-10-LV0VM-248-02-36

4	1	Conjunto de serviços profissionais de implementação, incluindo instalação, configuração, migração das políticas existentes, testes e documentação final (as-built).	Serviço profissional (SKU definido pela contratada)
---	---	---	---

33.3. Especificações técnicas mínimas do Firewall FortiGate 600F (ou superior)

33.3.1. Desempenho mínimo exigido:

Item	Parâmetro	Requisito mínimo
1	Throughput de firewall	≥ 100 Gbps
2	Capacidade de processamento (pps)	≥ 80 Mpps
3	Sessões simultâneas	≥ 6.000.000
4	Novas sessões por segundo	≥ 300.000
5	IPS Throughput	≥ 10 Gbps
6	NGFW Throughput (FW+IPS+AppControl)	≥ 9 Gbps
7	Threat Protection Throughput	≥ 8 Gbps
8	IPsec VPN Throughput	≥ 30 Gbps
9	SSL VPN Throughput	≥ 3 Gbps
10	Operação em alta disponibilidade	Suportada (ativo-ativo ou ativo-passivo), com sincronização de sessões

33.3.2. Interfaces mínimas exigidas:

Item	Interface	Quantidade mínima
1	Portas GE RJ45	16
2	Portas GE SFP	8
3	Portas 10GE SFP+	4
4	Portas 25GE SFP28	4
5	Portas dedicadas para MGMT/HA	2
6	Porta console RJ45	1
7	Porta USB	1
8	Fontes de alimentação	2 (redundantes, hot-swap)

33.3.3. Funcionalidades mínimas de segurança

Item	Categoria	Requisitos mínimos
1	Inspeção	Stateful inspection, IPv4/IPv6, inspeção SSL/TLS (incluindo TLS 1.3)
2	Proteção avançada	IPS, antimalware, proteção contra ameaças avançadas, reputação e análise comportamental
3	Filtragem	Filtragem de URLs, filtragem DNS, controle de aplicações
4	VPN	Suporte a VPN IPsec e SSL VPN, com autenticação integrada a AD/LDAP/RADIUS/SAML
5	SD-WAN	Capacidade nativa de balanceamento, failover e otimização de tráfego
6	Políticas	Criação de políticas baseadas em usuário, grupo, aplicação, endereço, porta e horário
7	Integração	Compatibilidade com solução de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer ou equivalente)

33.3.4. Requisitos da solução de gerenciamento e análise de logs

Item	Função	Descrição mínima
1	Coleta de logs	Registro e armazenamento de logs de ambos os firewalls operando em HA
2	Auditoria	Geração de relatórios de segurança, conformidade, tráfego e operação
3	Correlação	Capacidade de análise correlacionada de eventos de segurança
4	Integração	Compatibilidade com ferramentas de SIEM e monitoramento já utilizadas pela SEFAZ/RN
5	Retenção	Período de retenção conforme normas internas e políticas da SEFAZ/RN

33.3.5. Requisitos de implementação

Item	Etapas	Descrição mínima
1	Instalação	Montagem física dos equipamentos, energização, cabeamento e validação inicial

2	Configuração	Configuração dos equipamentos em HA, definição de zonas, interfaces e políticas base
3	Migração	Migração completa das regras, objetos, rotas, VPNs, NAT, publicações e integrações existentes
4	Testes	Testes de failover, VPNs, filtragem, inspeções, capacidade e validação geral
5	Estabilização	Período de acompanhamento pós-implantação para ajustes finos
6	Documentação	Entrega de relatório técnico as-built com diagramas, parâmetros configurados e recomendações operacionais

34. **ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO:**

- 34.1. A solução está alinhada ao Planejamento Estratégico 2022-2027, atendendo aos seguintes objetivos:
- I - OB09 - Acelerar a transformação digital de forma sistêmica, aprimorando a gestão de tecnologia da informação.
  - II - OB12 - Assegurar a Infraestrutura Organizacional Adequada.

35. **DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

Elaboração de DFDs

Consolidação das demandas

Formação do PCA

Aprovação do PCA

Selecione o contexto do PCA

Termo a ser pesquisado

PCA 2026 - Em elaboração

firewa

Em elaboração

Aprovadas

Reprovadas

Relação das contratações (1)

927633-5/2026

Aquisição de soluçã..

Contrat..

927633

R\$ 1.230.599,60

02/10/2025

30/04/2026

Materiais (classes: 0)

Serviços (grupos: 1)

Item	Grupo	Val. Total (R\$)
1	164 - SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMA-ÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)	1230.599,60

35.1. \_\_\_\_\_

36. **RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A CONTRATADA:**

- 36.1. A demanda prevista está sendo totalmente atendida com a solução proposta, que será contratada.

37. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:**

- 37.1. Antes da assinatura do contrato, a autoridade competente da SEFAZ/RN designará formalmente os servidores que atuarão como gestor(es) e fiscal(is) do contrato (técnico e administrativo), conforme as atribuições definidas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e nas normativas internas aplicáveis.
- 37.2. A designação levará em conta a compatibilidade das atribuições do cargo do servidor com as responsabilidades da fiscalização, bem como sua qualificação técnica para o exercício das atividades de acompanhamento e controle contratual.
- 37.3. Considerando a complexidade técnica do objeto contratado, a SEFAZ/RN assegurará que os servidores designados para a fiscalização técnica possuam o conhecimento necessário para o desempenho de suas funções, especialmente no que se refere à operação, configuração e monitoramento de soluções de firewall corporativo.
- 37.4. A SEFAZ/RN já dispõe de espaço físico e infraestrutura adequados para a instalação dos novos equipamentos, incluindo ambiente de datacenter com energia estabilizada, climatização apropriada e sistemas de cabeamento estruturado compatíveis.
- 37.5. Não será necessária nenhuma adequação adicional no ambiente para instalação dos firewalls.
- 37.6. O Datacenter da SEFAZ/RN foi estruturado com racks padrão e infraestrutura apropriada, possuindo espaço suficiente para acomodação dos equipamentos FortiGate 600F (ou superiores), os quais são plenamente compatíveis com o padrão de racks utilizados no ambiente.

38. **ORÇAMENTO ESTIMADO:**

- 38.1. A solução escolhida foi estimada pela equipe de planejamento com custo total previsto de R\$ 1.581.818,43 (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e três centavos), conforme detalhamento na pesquisa de preços. Valor que considera a aquisição de dois firewalls FortiGate 600F (ou superiores), licenças UTP para 36 meses, licença de gerenciamento e análise de logs e os serviços de implementação necessários.
- 38.2. Nos valores máximos admissíveis estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução completa do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, despesas fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro, deslocamentos, bem como quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral da contratação.

39. **PARCELAMENTO DO OBJETO:**

- 39.1. Em atenção ao princípio do parcelamento obrigatório, conforme preconizado pela Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), que visa à ampliação da competitividade e à otimização da contratação, a Administração Pública deve, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, dividir o objeto da licitação em itens ou lotes. Contudo, a própria Súmula ressalva a possibilidade de adjudicação por preço global quando houver prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.
- 39.2. Neste contexto, justifica-se o não parcelamento da presente contratação, que envolve a aquisição e implementação de uma solução integrada de segurança perimetral composta por firewalls FortiGate 600F (ou superiores), incluindo o fornecimento dos equipamentos, instalação física, configuração, migração das políticas atuais, integração com os serviços da SEFAZ/RN e suporte especializado durante o período inicial de operação. A opção por um lote único, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, fundamenta-se nas seguintes razões técnicas e operacionais, que demonstram a inviabilidade técnica e a desvantagem econômica do parcelamento.
- 39.2.1. **Unicidade Técnica e Operacional e Interoperabilidade Essencial:** A solução de segurança perimetral, por sua natureza intrínseca, exige uma integração coesa e interoperabilidade plena entre todos os seus componentes (hardware, software de licenciamento UTM, licença de gerenciamento e análise

de logs, e serviços de implementação). O ETP (item 10.1) descreve a solução como uma plataforma de segurança perimetral baseada em firewalls corporativos FortiGate 600F (ou superiores), operando em alta disponibilidade (HA), com gerenciamento centralizado e capacidade de proteção avançada. O parcelamento do objeto, com a contratação de diferentes fornecedores para cada um desses elementos, poderia resultar em incompatibilidades técnicas, falhas de comunicação entre os sistemas e, consequentemente, em vulnerabilidades de segurança que comprometeriam a integridade da rede da SEFAZ/RN. A contratação de um único fornecedor garante que todos os elementos da solução sejam projetados para funcionar em conjunto, otimizando o desempenho e a eficácia da proteção, conforme os requisitos de negócio (item 5.1) e de projeto de implementação (item 5.6) do ETP.

39.2.2. **Eliminação de Riscos de Conflito de Responsabilidades e Garantia de Suporte Unificado:** Em um ambiente de segurança complexo e crítico, como o da SEFAZ/RN, a ocorrência de incidentes ou falhas exige uma resposta rápida e coordenada. O ETP (item 2.11 e 2.13) ressalta a urgência da renovação das licenças para evitar a perda de atualizações de segurança e a interrupção do suporte do fabricante, o que exporia criticamente a SEFAZ/RN a incidentes cibernéticos. Com múltiplos fornecedores, a identificação da origem de um problema (seja no hardware, software, instalação ou suporte) torna-se um desafio, gerando conflitos de responsabilidade e atrasos críticos na resolução. A contratação em lote único estabelece um ponto único de responsabilidade (Single Point of Contact - SPOC), simplificando a gestão, agilizando o suporte técnico e garantindo a responsabilização integral do contratado pela performance e segurança da solução como um todo, incluindo a garantia e o suporte por 36 meses (item 5.3 do ETP).

39.2.3. **Otimização da Curva de Aprendizado e Gestão da Equipe Interna:** A implementação e a gestão de uma nova solução de segurança demandam treinamento e capacitação da equipe técnica da SEFAZ/RN. O ETP (item 21.1) prevê a transferência de conhecimento para que a equipe técnica possa operar plenamente os equipamentos no uso cotidiano. A padronização da tecnologia e dos processos, proporcionada por um único fornecedor, otimiza a curva de aprendizado da equipe, reduzindo a complexidade de gestão e manutenção. A interação com múltiplos fornecedores e tecnologias distintas aumentaria significativamente a carga de trabalho da equipe interna, desviando recursos de outras atividades essenciais e comprometendo a eficiência operacional.

39.2.4. **Mitigação de Riscos de Segurança e Conformidade com a LGPD:** A fragmentação da solução de segurança perimetral, com a integração de produtos e serviços de diferentes origens, pode introduzir vetores de ataque adicionais e dificultar a aplicação de políticas de segurança consistentes. O ETP (item 2.15) destaca que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas internas de governança de tecnologia da informação exigem que órgãos públicos adotem mecanismos modernos e constantemente atualizados de defesa digital. A abordagem de lote único minimiza esses riscos, permitindo uma arquitetura de segurança mais robusta e controlada, essencial para a proteção de dados sensíveis e sistemas críticos da SEFAZ/RN, em conformidade com a LGPD. Além disso, o ETP (item 19.2) veda a subcontratação do objeto, reforçando que a solução envolve dados sensíveis e sistemas críticos, e a delegação de atividades para terceiros introduziria riscos inaceitáveis de segurança, integridade e responsabilidade contratual.

39.3. Diante do exposto, o parcelamento do objeto desta contratação representaria um risco inaceitável à segurança da informação da SEFAZ/RN, geraria complexidade operacional desnecessária, aumentaria os custos de gestão e manutenção a longo prazo, e comprometeria a eficácia da solução. A adjudicação em lote único é, portanto, a medida mais prudente e tecnicamente justificável para assegurar a plena consistência, segurança e economicidade da solução de segurança perimetral, em estrita observância aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

40. **DESCONTINUIDADE DO FORNECIMENTO:**

40.1. Não se aplica, visto que se trata de uma solução integrada, composta por hardware e software licenciados. Após a assinatura do contrato, a contratada terá o prazo definido no Termo de Referência para entregar os equipamentos, realizar a instalação, efetuar a configuração inicial, migrar as políticas necessárias e orientar a equipe técnica da SEFAZ/RN, possibilitando o recebimento definitivo.

40.2. Após o recebimento definitivo, terá início o período de garantia e suporte do fabricante e da contratada. Caso ocorra descontinuidade no fornecimento dessa garantia e suporte, a SEFAZ/RN adotará as medidas administrativas e judiciais necessárias para assegurar o pleno cumprimento das obrigações contratadas.

41. **TRANSIÇÃO CONTRATUAL:**

41.1. Não se aplica, visto que se trata de uma solução integrada, composta por hardware e software licenciados. Ao final da vida útil do equipamento adquirido, será necessária a contratação de um novo equipamento, ocasião em que deverá ser prevista a migração das configurações, políticas e demais elementos operacionais entre os equipamentos, garantindo continuidade dos serviços de segurança perimetral da SEFAZ/RN.

42. **SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:**

42.1. Não será permitida a subcontratação do objeto.

42.2. A contratação possui caráter técnico e especializado que exige a total e ininterrupta responsabilidade da empresa contratada, devidamente certificada pelo fabricante. A solução envolve dados sensíveis e sistemas críticos da SEFAZ/RN, e a delegação de atividades para terceiros introduziria riscos inaceitáveis de segurança, integridade e responsabilidade contratual.

42.3. A subcontratação poderia comprometer a garantia e o suporte oficial do fabricante, além de gerar conflitos de responsabilidade técnica. Dessa forma, a vedação à subcontratação é medida necessária para mitigar riscos, assegurar eficiência e manter a confiabilidade da solução implantada.

43. **GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

43.1. Será exigida garantia de execução conforme previsto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

43.2. Diante do valor e da complexidade do objeto - que envolve o fornecimento, instalação, configuração e migração de solução integrada de segurança perimetral — a exigência da garantia visa mitigar riscos de inexecução contratual, assegurar eventual reparação à Administração, garantir a aplicação de penalidades e proteger o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

44. **ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA:**

44.1. Não se aplica, visto que se trata de uma solução integrada, composta por hardware e software licenciados. Entretanto, a contratação prevê a transferência de conhecimento necessária para que a equipe técnica da SEFAZ/RN possa operar plenamente os equipamentos no uso cotidiano, tornando-se independente da contratada para as atividades rotineiras de administração e monitoramento.

44.2. Apenas em incidentes, falhas críticas ou demandas avançadas será necessária a intervenção da contratada ou do fabricante.

45. **ASSINATURAS:**

45.1. Diante de todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento, designada pela Autorização nº 57/2025/SEFAZ, DECLARA que a contratação é tecnicamente e economicamente viável, necessária e a solução mais vantajosa para atender à demanda da Administração Pública.

Amanda Lucas de Andrade Matrícula 245.685-0	Elizabeth Soares Romão dos Santos Matrícula 224.252-4	Luilson Nunes de Almeida Matrícula 194.534-3
--	--	---

Referência: Processo nº 00310003.002794/2025-70	SEI nº 40458938
---	-----------------

ANEXO II  
MINUTA DE CONTRATO

	CONTRATO DE Nº XXX/2026, QUE CELEBRAM ENTRE SI A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
--	--

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio do(a) A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA-SEFAZ/RN, com sede no Centro Administrativo do Estado do RN, na BR 101-KM/94, Lagoa Nova, Natal/ RN, CEP 59.064-901, inscrito no CNPJ nº. 24.519.654/0001-94, neste ato representado pelo Secretário Executivo da Receita da Secretaria de Estado da Fazenda, Sr. RODRIGO OTÁVIO DA CUNHA, matrícula nº 190.915-0 nomeado por Ato da Governadora, publicado no DOE edição Extraordinária de nº 126, de 03 de abril de 2026, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela seu \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial do Edital 90053/2026 (41434394) SEI 00310003.002794/2025-70/ pg. 31

Estado, edição do dia \_\_\_\_\_ segundo os atos praticados no processo administrativo SEI de nº \_\_\_\_\_ sujeitando-se às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 32.449 de 07 de março de 2023 e conforme as cláusulas e condições a seguir enunciadas. tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da \_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

46. **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:**

- 46.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de bens e contratação de serviços comuns de tecnologia da informação, consistindo em uma solução integrada de segurança perimetral de rede. Esta solução é composta por:
- 46.1.1. 02 (duas) unidades de firewalls corporativos FortiGate 600F (ou superior), a serem instalados em alta disponibilidade (HA);
- 46.1.2. 02 (duas) licenças de segurança UTP (Unified Threat Protection) para os firewalls, com vigência de 36 (trinta e seis) meses;
- 46.1.3. 01 (uma) licença de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer Virtual Machine ou equivalente), com vigência de 36 (trinta e seis) meses;
- 46.1.4. 01 (um) conjunto de serviços especializados de instalação, configuração, migração das políticas atualmente em uso, realização de testes e entrega de documentação técnica final (as-built).
- 46.1.5. A solução deverá ser implantada no datacenter da SEFAZ/RN, localizado no Centro Administrativo do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, utilizando a infraestrutura física já existente.

47. **CLÁUSULA SEGUNDA -DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

- 47.1. A solução a ser contratada consiste em equipamentos, licenças e serviços necessários para implantação de uma plataforma de segurança perimetral baseada em firewalls corporativos FortiGate 600F (ou superiores), operando em alta disponibilidade (HA), com gerenciamento centralizado e capacidade de proteção avançada do ambiente da SEFAZ/RN.

47.2. **Componentes da solução**

Lote Único			
Item	Quantidade	Descrição	SKU
1	02	Firewall corporativo FortiGate 600F (ou superior), com operação em HA, aceleração por hardware, múltiplas interfaces de alta velocidade e suporte completo às funcionalidades de segurança.	FG-600F
2	02	Licença de segurança UTP - Unified Threat Protection - 36 meses, incluindo IPS, antimalware, webfilter, DNS filter, controle de aplicações, proteção avançada e suporte FortiCare Premium.	FC-10-0600F-950-02-36
3	1	Licença de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer Virtual Machine) - 36 meses, para armazenamento, correlação e auditoria de logs de segurança.	FC3-10-LV0VM-248-02-36
4	1	Conjunto de serviços profissionais de implementação, incluindo instalação, configuração, migração das políticas existentes, testes e documentação final (as-built).	Serviço profissional (SKU definido pela contratada)

47.3. **Especificações técnicas mínimas do Firewall FortiGate 600F (ou superior)**

47.3.1. **Desempenho mínimo exigido**

Item	Parâmetro	Requisito mínimo
1	Throughput de firewall	≥ 100 Gbps
2	Capacidade de processamento (pps)	≥ 80 Mpps
3	Sessões simultâneas	≥ 6.000.000
4	Novas sessões por segundo	≥ 300.000
5	IPS Throughput	≥ 10 Gbps
6	NGFW Throughput (FW+IPS+AppControl)	≥ 9 Gbps
7	Threat Protection Throughput	≥ 8 Gbps
8	IPsec VPN Throughput	≥ 30 Gbps
9	SSL VPN Throughput	≥ 3 Gbps
10	Operação em alta disponibilidade	Suportada (ativo-ativo ou ativo-passivo), com sincronização de sessões

47.3.2. **Interfaces mínimas exigidas**

Item	Interface	Quantidade mínima
1	Portas GE RJ45	16
2	Portas GE SFP	8
3	Portas 10GE SFP+	4
4	Portas 25GE SFP28	4
5	Portas dedicadas para MGMT/HA	2
6	Porta console RJ45	1
7	Porta USB	1
8	Fontes de alimentação	2 (redundantes, hot-swap)

47.3.3. **Funcionalidades mínimas de segurança**

Item	Categoria	Requisitos mínimos



1	Inspeção	Stateful inspection, IPv4/IPv6, inspeção SSL/TLS (incluindo TLS 1.3)
2	Proteção avançada	IPS, antimalware, proteção contra ameaças avançadas, reputação e análise comportamental
3	Filtragem	Filtragem de URLs, filtragem DNS, controle de aplicações
4	VPN	Suporte a VPN IPsec e SSL VPN, com autenticação integrada a AD/LDAP/RADIUS/SAML
5	SD-WAN	Capacidade nativa de balanceamento, failover e otimização de tráfego
6	Políticas	Criação de políticas baseadas em usuário, grupo, aplicação, endereço, porta e horário
7	Integração	Compatibilidade com solução de gerenciamento e análise de logs (FortiAnalyzer ou equivalente)

47.3.4. **Requisitos da solução de gerenciamento e análise de logs**

Item	Função	Descrição mínima
1	Coleta de logs	Registro e armazenamento de logs de ambos os firewalls operando em HA
2	Auditoria	Geração de relatórios de segurança, conformidade, tráfego e operação
3	Correlação	Capacidade de análise correlacionada de eventos de segurança
4	Integração	Compatibilidade com ferramentas de SIEM e monitoramento já utilizadas pela SEFAZ/RN
5	Retenção	Período de retenção conforme normas internas e políticas da SEFAZ/RN

47.3.5. **Requisitos de implementação:**

Item	Etapas	Descrição mínima
1	Instalação	Montagem física dos equipamentos, energização, cabeamento e validação inicial
2	Configuração	Configuração dos equipamentos em HA, definição de zonas, interfaces e políticas base
3	Migração	Migração completa das regras, objetos, rotas, VPNs, NAT, publicações e integrações existentes
4	Testes	Testes de failover, VPNs, filtragem, inspeções, capacidade e validação geral
5	Estabilização	Período de acompanhamento pós-implantação para ajustes finos
6	Documentação	Entrega de relatório técnico as-built com diagramas, parâmetros configurados e recomendações operacionais

48.	<b>CLAUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:</b>
48.1.	O prazo de vigência contratual será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, compreendendo o período de garantia e suporte técnico do fabricante e da contratada, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
49.	<b>CLÁUSULA QUARTA - PREÇO:</b>
49.1.	O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
49.2.	No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
50.	<b>CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE GESTÃO DO OBJETO:</b>
50.1.	O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responsável pelas consequências da inexecução total ou parcial de suas obrigações. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, devendo tais circunstâncias ser registradas por meio de simples apostila.
50.2.	Todas as comunicações entre a SEFAZ/RN e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim. A Administração poderá convocar representantes da contratada sempre que necessário para adoção imediata de providências relativas à execução do objeto.
50.3.	A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contrato — técnico e administrativo — ou por seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Compete ao fiscal verificar o fiel cumprimento das condições contratuais, assegurando que o objeto seja executado conforme especificações, prazos e padrões de qualidade estabelecidos. Caberá ao fiscal conferir as notas fiscais e demais documentos necessários ao pagamento e, após o ateste, encaminhá-los ao gestor do contrato para ratificação, conforme previsto no Decreto Estadual nº 32.449/2023.
50.4.	O fiscal de contrato deverá registrar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas ao andamento da execução, incluindo controle de vigência, saldo contratual, intercorrências técnicas, conformidade dos serviços prestados e eventuais irregularidades. Deverá, sempre que necessário, determinar as medidas corretivas adequadas para regularizar faltas, falhas ou defeitos observados.
50.5.	Caso sejam constatados inadimplementos contratuais, o fiscal deverá notificar formalmente a contratada, estabelecendo prazo razoável para apresentação de manifestação e solução do problema, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 32.449/2023.
50.6.	O fiscal deverá observar ainda todas as disposições referentes à sua atuação, previstas no Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449/2023.
50.7.	O gestor do contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios, pareceres, análises técnicas e demais documentos relativos ao objeto contratado, recebendo subsídios técnicos e operacionais fornecidos pelo fiscal. Caberá ao gestor coordenar, consolidar informações, comunicar à autoridade competente situações relevantes e adotar providências necessárias para garantir a correta execução contratual. O gestor observará também as regras aplicáveis à sua função previstas no Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449/2023.
51.	<b>CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:</b>
51.1.	<b>DA CONTRATANTE:</b>
51.1.1.	Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

- 51.1.2. Indicar e nomear gestores e fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 51.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 51.1.4. Comunicar à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dos equipamentos entregues e das horas realizadas.
- 51.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 51.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução.
- 51.1.7. Prestar informações, atinentes ao objeto da contratação, que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.
- 51.1.8. Permitir livre acesso aos colaboradores da CONTRATADA em suas dependências para a prestação dos serviços objeto desta contratação.
- 51.1.9. Notificar a CONTRATADA da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 51.1.10. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do instrumento contratual.
- 51.1.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços.
- 51.1.12. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA.
- 51.1.13. Não exercer o poder de mando sobre os colaboradores da CONTRATADA, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsáveis por ela indicados.
- 51.1.14. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- 51.1.15. Suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que julgar necessário e em sintonia com a Legislação vigente.

51.2. DA CONTRATADA:

- 51.2.1. Entregar os equipamentos conforme especificados neste Termo de Referência.
- 51.2.2. Cumprir os prazos conforme especificados neste Termo de Referência.
- 51.2.3. Realizar os serviços conforme especificados neste Termo de Referência.
- 51.2.4. Alocar profissionais capacitados para realização de todos os serviços contratados.
- 51.2.5. Responsabilizar-se por qualquer ato de seus colaboradores que venham a danificar os equipamentos ou indisponibilizar os serviços da SEFAZ/RN;

52. CLÁUSULA SÉTIMA - SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:

- 52.1. Não será permitida a subcontratação do objeto.
- 52.2. A contratação possui caráter técnico e especializado que exige a total e ininterrupta responsabilidade da empresa contratada, devidamente certificada pelo fabricante. A solução envolve dados sensíveis e sistemas críticos da SEFAZ/RN, e a delegação de atividades para terceiros introduziria riscos inaceitáveis de segurança, integridade e responsabilidade contratual.
- 52.3. A subcontratação poderia comprometer a garantia e o suporte oficial do fabricante, além de gerar conflitos de responsabilidade técnica. Dessa forma, a vedação à subcontratação é medida necessária para mitigar riscos, assegurar eficiência e manter a confiabilidade da solução implantada.

53. CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DE EXECUÇÃO:

- 53.1. O equipamento deverá ser entregue, instalado, configurado e colocado em plena operação no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Norte (Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901), observando integralmente os requisitos técnicos, operacionais e de segurança estabelecidos neste Termo de Referência. A entrega dos equipamentos e licenças deverá ocorrer em até **60 (sessenta) dias corridos** após a assinatura do contrato.
- 53.2. Após a entrega, a contratada deverá realizar a instalação física, incluindo montagem nos racks, cabeamento, energização, verificação de conectividade e validação inicial de funcionamento. A instalação, configuração e migração deverão ser concluídas em até **15 (quinze) dias corridos** após o recebimento dos equipamentos pela SEFAZ/RN.
- 53.3. O equipamento deverá possuir suporte técnico do fabricante por pelo menos **36 (trinta e seis) meses**, com atendimento integral às políticas oficiais do fabricante.
- 53.4. O prazo de garantia deve ser de no mínimo **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, compreendendo manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e correções de falhas sem custo adicional.
- 53.5. O suporte técnico deverá atender à política de suporte vigente do fabricante, incluindo atualizações, correções de firmware, patches de segurança, além das diretrizes técnicas publicadas, observando o disposto nas políticas oficiais.
- 53.6. A manutenção e o suporte técnico para todas as camadas da solução, abrangendo hardware, software, licenças e serviços de segurança, deverão ser prestados diretamente pelo fabricante, incluindo a garantia de substituição de qualquer peça, componente ou módulo que apresente defeito, durante todo o período de vigência do contrato.
- 53.7. O suporte técnico deverá ser disponibilizado de forma **24x7x365**, garantindo atendimento ininterrupto para incidentes críticos, indisponibilidades ou falhas que comprometam a operação.
- 53.8. Os serviços de suporte técnico têm por finalidade garantir a sustentação, continuidade, disponibilidade e plena utilização da solução durante toda a vigência contratual, assegurando intervenções corretivas e preventivas de forma tempestiva.
- 53.9. O suporte deverá ser prestado mediante abertura de chamados em sistema eletrônico fornecido pela contratada ou pelo fabricante, devendo também estar disponível o atendimento por contato telefônico para incidentes de maior gravidade ou urgência.
- 53.10. A contratada deverá auxiliar a SEFAZ/RN em todas as interações com o fabricante, incluindo abertura de chamados, acompanhamento, comunicação técnica, repasse de informações e tratamento de incidentes.
- 53.11. A contratada deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes canais de suporte técnico: portal de atendimento para abertura e acompanhamento de chamados; endereço de e-mail dedicado; central 0800; e telefone fixo para suporte técnico.
- 53.12. A execução do objeto deverá seguir um Plano de Instalação que será apresentado pela contratada em até **2 (dois) dias úteis** após a assinatura do contrato, contendo cronograma detalhado, diagrama de arquitetura, plano de testes, metodologia de migração, procedimentos de contingência e validações necessárias. O plano deverá ser aprovado pela SEFAZ/RN em até **1 (um) dia útil**, e eventuais ajustes deverão ser realizados pela contratada também em até **1 (um) dia útil**.
- 53.13. Ao término da implantação, a contratada deverá entregar **Relatório Técnico As-Built**, contendo descrição completa da arquitetura final, configurações aplicadas, registros das etapas executadas, resultados dos testes realizados, evidências de funcionamento e recomendações de operação e manutenção.

54. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

- 54.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. **(Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 50)**
- 54.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 54.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 54.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 54.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir

a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

54.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

54.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

54.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

54.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

54.4.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.

54.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

54.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

54.4.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

54.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

54.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

54.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 55. CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO:

55.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

55.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

55.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

55.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

55.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

55.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

55.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III](#));

55.7.1. O fiscal de contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II](#))

55.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X](#));

55.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do [Decreto Estadual nº 32.449, de 2022](#).

55.8. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

55.8.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do [Decreto Estadual nº 32.449, de 2022](#).

55.9. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração na cidade de Natal/RN para representá-lo na execução do contrato.

55.9.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

## 56. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSIÇÃO CONTRATUAL:

56.1. Não se aplica, visto que se trata de uma solução integrada, composta por hardware e software licenciados. Ao final da vida útil do equipamento adquirido, será necessária a contratação de um novo equipamento, ocasião em que deverá ser prevista a migração das configurações, políticas e demais elementos operacionais entre os equipamentos, garantindo continuidade dos serviços de segurança perimetral da SEFAZ/RN.

## 57. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

57.1. As despesas decorrentes da presente contratação no valor R\$ XXXXXXXXXX, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado, no presente exercício conforme dotação orçamentária abaixo discriminada:

57.1.1. 22131.04.122.0100.324101.0001

57.1.2. Natureza da Despesa: 44.90.52 - Equipamentos e Material Permanente

57.1.3. Sub-Elemento: 35 - Equipamento de Informática e Processamento de Dados

57.1.4. Fonte: 0.5.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos.

## 58. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE:

58.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **xxxx**.

58.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade ou índice do IGPM FGV (Fundação Getúlio Vargas). Na hipótese de não haver índice determinado, poderá ser negociado entre as partes levando em consideração a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

58.3. O reajuste será formalizada por meio de Apostilamento, salvo quando coincidir com a prorrogação contratual, quando será formalizada por meio de Termo Aditivo ao Contrato vigente.

58.4. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 25 § 7º e 8º da Lei nº 14.133/2021.

58.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 58.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 58.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 58.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 58.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 58.10. O reajuste será realizado por Apostilamento.

#### **59. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PAGAMENTO:**

##### **59.1. Do recebimento:**

- 59.1.1. Os objetos serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias, mediante termos detalhados que comprovem o cumprimento das exigências técnicas e administrativas. O prazo será contado a partir do recebimento da comunicação de cobrança encaminhada pela contratada, acompanhada da comprovação do recebimento e da execução do objeto.
- 59.1.2. A contratada é responsável por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, quaisquer itens do objeto que apresentem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução dos serviços ou defeitos de materiais empregados. Enquanto houver pendências identificadas no recebimento provisório, a fiscalização não poderá certificar.
- 59.1.3. O recebimento provisório também poderá ser condicionado, quando aplicável, à conclusão dos testes de campo e à entrega de manuais, instruções e demais documentos técnicos exigidos.
- 59.1.4. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência ou da proposta vencedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 59.1.5. Quando a fiscalização for realizada por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter registro, análise e conclusão sobre a execução, tanto no aspecto técnico quanto administrativo, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.
- 59.1.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 dias após o recebimento provisório, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, aceitação formal e emissão de termo circunstanciado pelo gestor do contrato ou comissão designada. Para isso, o gestor deverá analisar os documentos encaminhados pelo fiscal, avaliar as informações técnicas e administrativas e, estando tudo conforme, comunicar à contratada para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, no valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 59.1.7. A documentação pertinente deverá ser enviada ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento. Havendo controvérsia quanto à qualidade, quantidade ou dimensão da execução, observar-se-á o art. 143 da Lei 14.133/2021, devendo a contratada emitir Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.
- 59.1.8. Nenhum prazo de recebimento será iniciado enquanto houver pendências ou inconsistências não solucionadas pela contratada. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

##### **59.2. Liquidação:**

- 59.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 59.2.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 59.2.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 59.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 59.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 59.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 59.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 59.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

##### **59.3. Prazo de pagamento:**

- 59.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 59.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

##### **59.4. Forma de pagamento:**

- 59.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 59.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 59.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 59.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 59.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 59.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **XX/XX/XXXX**.
- 59.6. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, conforme exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 59.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 59.8. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 59.9. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 59.10. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 59.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 59.12. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 60. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 60.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 60.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
  - IV - **Multa**:
    - a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
    - b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
    - c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
    - d) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
    - e) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

#### 61. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO:

- 61.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 61.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 61.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 61.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 61.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 61.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 61.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 61.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 61.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 61.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 61.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 61.6.3. Indenizações e multas.
- 61.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 61.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### 62. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VEDAÇÕES:

- 62.1. É vedado à CONTRATADA interromper a entrega do material sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### 63. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES:

- 63.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 63.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 63.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 63.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



64. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS:**

64.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

65. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - PUBLICAÇÃO:**

65.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

66. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO:**

66.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal, Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes e por duas testemunhas abaixo identificados.

Natal/RN, (assinado eletronicamente).

Secretário Executivo da Receita - SEFAZ/RN

RESPONSÁVEL DA EMPRESA  
CARGO

TESTEMUNHAS:

- 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

**ANEXO III**

**Modelo EXEMPLIFICATIVO da Proposta de Preços - Pregão Eletrônico 90053/2026.**  
Processo: 00310003.002794/2025-70

Seguindo os ditames editalícios, apresento a V.Sa a nossa proposta de preços para o **Pregão Eletrônico 90053/2026** - SEAD, conforme itens a seguir relacionados, especificados de acordo com o **Anexo I** deste Edital.

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de appliances de backup, conforme especificações técnicas,, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Lote único				
Item	Descrição	Quantitativo	Valor Unitário R\$	Valor Total
01	...	-		
02	...	-		

Valor Total R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )

**Valor Total da proposta por extenso:**

**Prazo de validade:** Não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

**Composição dos Preços:**

- 1 - Nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Edital.
- 2 - A empresa vencedora deverá declarar estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 3 - Informamos a conta bancária da empresa: Banco \_\_\_\_\_, Nº da conta: \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_, telefone para contato: \_\_\_\_\_ e e-mail \_\_\_\_\_.
- 4 - Estamos de acordo com todas as Cláusulas do Edital.

Atenciosamente,  
Cidade/UF, 00 de 00 de 2026.

\_\_\_\_\_  
Diretor ou representante legal - RG/CPF

[1] Outro formato de proposta poderá ser aceito, desde que seja mantido o fácil entendimento do documento e os itens solicitados.

